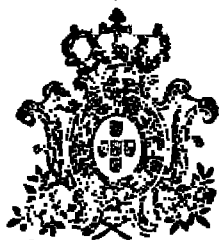


M A N U A L
D E
APPELLAÇÕES, E AGGRAVOS,
O U
DEDUCCÃO SYSTEMATICA
DOS PRINCIPIOS MAIS SOLIDOS,
E NECESSARIOS, RELATIVOS A SUA MATERIA,
FUNDAMENTADA NAS LEIS DESTE REINO;
Para uso, e utilidade
DA MAGISTRATURA, E ADVOCACIA,
P O R
ANTONIO JOAQUIM DE GOUVÊA PINTO,
Bacharel habilitado para os Lugares de Letrat, onde já servio.



Francisco José Monteiro Figueiredo.
L I S B O A M DCCCXIII.
Preço = 460 r.

NA OF. DE SIMÃO THADDEO FERREIRA.

Com licença da Meza do Desembargo do Paço.

ADVERTENCIA PRELIMINAR.

*In obscuris inspicere solet, quod verisimilius
est, aut quod plerumque fieri solet.* L. 114. ff.
de Reg. Juris.

O Author desta Obra declara, que a parte que nella teve não foi o espirito de novidade, nem a paixão do interesse, e muito menos a vã-gloria; e sómente o amor da Patria, e o desejo de ser util aos seus Companheiros, e Juristas he o que o incitou ao arranjo della.

Fez o que costuma fazer qualquer pessoa que entra em hum jardim, e compõem hum ramalhete das mais lindas flores, que nelle acha, as quaes apresenta depois aos inclinados a ellas, para cada hum escolher as que forem mais proporcionadas, e conformes ao seu apetite, e inclinação.

Elle vio que a materia das Appellações, e muito mais a dos Aggravos, tão frequente no uso do Foro, tendo sido sempre olhada como difficil, e obscura, (como bem se mostra do sentimento do Sábio Jurisconsulto do nosso tempo, exprimido nas palavras: *Et hæc satis superque proposito nostro, & in re adeo implicata, cujus nulla, vel non idonea ratio reddi potest*.... (1),) apenas o Jurisconsulto Leitão fizera hum Tratado *ex professo de Gravaminibus*, dividida em seis partes, ou questões, que sendo aliás de merecimento, e addicionada por Brandão até o principio da segunda questão, elle se tornava defeituoso pela multiplicidade de Leis, que á quasi dois Seculos se tem promulgado,

* ii

já

(1) Mello Fereire Inst. Jur. Civil. Lus. Liv. 4. tit. 23. §. 25. na nota, fallando da materia dos Aggravos.

já revogando, já limitando, addicionando, e entendendo muitos lugares da Ordenação, e já finalmente Legislando de novo sobre similhante materia, e que por isso muito proveitoso seria tanto aos Julgadores, como aos Advogados principiantes o acharem hum Tratado, em que systematicamente se colligisse, e deduzisse tudo aquillo que as nossas Leis tem disposto ácerca da importante materia de *Appellações, e Aggravos*; o que moveo ao Author a dar ao prélo huma similhante Obra, que tinha ordenado para seu uso, ás instancias dos que desejão, como elle, ser uteis de todo o modo ao público. A utilidade da obra mostra-se por si mesmo; e a censura que a pôde offuscar, he sómente a do seu máo arranjo, e Plagiato, que nella queirão descobrir; porém esta será sómente arguida por aquelles que não ponderarem, que o fim de huma collecção, ou deducção de principios relativos a qualquer materia, não he outro senão o de recolher, e ajuntar o que se acha disperso em longas, e differentes paginas, sem que se lhe deva introduzir cousa que lhe seja estranho; e que o modo de dispôr, e deduzir as materias que tem colligido, he arbitrario; devendo com tudo escolher-se, e seguir-se o mais facil, e claro.

Declara mais o Author, que tendendo a sua Obra a illustrar, ampliar, e declarar o Tratado de *Gravaminibus* de Leitão, elle recommenda-se consulte, nos casos em que as nossas Leis não fallarão, pois que o seu fim foi sómente o de colligir o que as nossas Leis, tanto da Ordenação, como Extravagantes dispunhão sobre Aggravos, e Appellações, bem persuadido, que na presença dos principios, e regras que se deduzem da nossa Legislação, e elle recopilou, será facil a qualquer Ju-

rista, se for bom Interprete, o decidir os casos occurrentes pela sua similhança, sem recorrer a opiniões, ou decisões de Authores, que pouco pôdem adiantar em materia tão esteril, occupando-se por isso em amontuar cousas que nada dizem para o caso, como observou em Silvestre de Magalhães Brandão, Jurisconsulto Conimbrecense, que propondo-se fazer humas Addições, ou Annotações ao Tratado de *Gravaminibus* de Leitão, fez hum Tomo em fol. de 747. pag. de tal modo ordenado, e tão util, que o Author desta Obra julgando achar naquellas Addições huma copiosa fonte, onde podesse beber os principios, que lhe erão necessarios para o seu objecto, e que não tinha achado no Tratado de Leitão, a achou pelo contrario tão secca, mas fastidiosa, que ficando com os desejos mais apurados, de cousa nenhuma se pôde utilisar; perdendo aliás o tempo que gastou em examinar tantas paginas de hum cáhos, onde raras vezes se cita huma Ordenação, e só sim opiniões de Doutores em materias estranhas.

Declara finalmente que posto que o seu primeiro proposito fora sómente o de tratar da materia dos Aggravos, nas suas differentes especies, como materia mais implicada, e por isso tanto mais util o seu conhecimento, com tudo pela analogia que estes tem com Appellações, donde parece descenderem, se vio na obrigação de entrar tambem na deducção dos principios relativos á materia das Appellações, nos termos mais abbreviados, e perceptivos, que lhe foi possivel; tudo do modo, e maneira disposta nas quatro Partes em que dividio este Tratado; expondo na primeira a origem, e progresso das Appellações, e Aggravos, similhança que guardão entre si estes remedios Juridicos, e

conhecimento prévio, e necessario para a applicação das mesmas: na segunda o Direito, e prática das Appellações, e Aggravos Ordinarios: na terceira o Direito, e prática dos Aggravos chamados de Petição, ou Instrumento, e no Acto do Processo: na quarta, e ultima os Tribunaes, e Juizes para que se póde appellar, ou aggravar, e de quem; vindo principalmente, pela singularidade da materia desta ultima parte, a ser de toda a vantagem para aquelles a quem o Author dirige os seus presentes trabalhos, na justa consideração de que os benevolos Leitores se hão de persuadir, que o Author quando escreveu se lembrou daquelle bem sabido verso: =
Ut indocti discant, & ament meminisse periti.



INDICE

Dos Capitulos das quatro differentes partes deste Tratado.

PARTE PRIMEIRA. *Introducção sobre a origem, e progresso das Appellações, e Aggravos nas suas differentes especies, similhança que guardão entre si estes remédios Juridicos, e conhecimento prévio, e necessario para a applicação dos mesmos,* Pag. 1.

CAPITULO I. *Da origem, e progresso das Appellações,* ib.

CAP. II. *Da origem, e progresso dos Aggravos Ordinarios,* 4.

CAP. III. *Da origem, e progresso dos Aggravos chamados de Petição, ou Instrumento, e no Acto do Processo,* 6.

CAP. IV. *Da similhança que tem estes Aggravos com as Appellações,* 9.

CAP. V. *Das duvidas sobre quando cabe Appellação, ou Aggrava, e intelligencia dos lugares da Ordenação a este respeito,* 10.

PARTE SEGUNDA. *Direito, e Prática das Appellações, e Aggravos Ordinarios,* 16.

CAP. I. *Quando tem lugar a Appellação, ou Aggravo Ordinario,* *ib.*

CAP. II. *Differenças que ha entre Appellação, e Aggravo Ordinario,* 18.

CAP. III. *Particularidades do Aggravo Ordinario,* 23.

CAP. IV. *Das differentes especies que ha de Appellação,* 27.

CAP. V. *Do modo, e tempo de interpôr a Appellação,* 33.

CAP. VI. *Avaliação, concôrto, e a tempagação da Appellação,* 35.

CAP. VII. *Seguimento, e apresentação da Appellação,* 38.

CAP. VIII. *Effeitos da Appellação, e sua força,* 40.

CAP. IX. *Casos admittidos pelas nossas Leis á Appellação,* 44.

CAP. X. *Casos excluidos pelas nossas Leis da Appellação,* 49.

CAP. XI. *Pessoas que pôdem appellar,* 52.

CA-

CAP. XII. *Pessoas que não pôdem appellar,* 53.

CAP. XIII. *Direitos do Appellante,* 55.

CAP. XIV. *Direitos do Appellado,* 58.

CAP. XV. *Deserção da Appellação,* 59.

CAP. XVI. *Provimto da Appellação,* 61.

CAP. XVII. *De que Juizes não he licito appellar,* 65.

CAP. XVIII. *Prática Summaria das Appellações,* 68.

PARTE TERCEIRA. *Direito, e Prática dos Aggravos chamados de Petição, ou Instrumento, e no Acto do Processo,* . . . 73.

CAP. I. *Dos casos, em que as nossas Leis concedem o Aggravo de Petição, ou Instrumento,* *ib.*

CAP. II. *Regras geraes applicaveis á materia dos Aggravos de Petição, ou Instrumento,* 90.

CAP. III. *Differenças que ha entre Aggravo de Petição, e Instrumento,* 97.

CAP. IV. *Dos Casos em que as nossas Leis excluem todas as especies de Aggravos,* 99.

**

CA-

x
CAP. V. *Prática summaria dos Aggravos de Petições, ou Instrumento*, 100.

CAP. VI. *Quando, e de que Sentenças se deve interpor o Agravo no Acto do Processo*, 106.

CAP. VII. *Dos casos em que as nossas Leis concedem o Agravo no Acto do Processo*, 106.

CAP. VIII. *Advertencia, ou Regras particulares do Agravo no Acto do Processo*, 110.

CAP. IX. *Diferenças que ha entre Agravo de Petição, ou Instrumento, e no Acto do Processo*, 112.

CAP. X. *Prática Summaria do Agravo no Acto do Processo*, 113.

QUARTA PARTE. *Tribunaes, e Juizes para que se deve appellar, ou agravar, e de quem*, 115.

CAP. I. *Meza do Desembargo do Paço*, ib.

CAP. II. *Meza da Consciencia, e Ordens*, 117.

CAP. III. *Conselho Geral do Santo Officio*, ib.

CAP. IV. *Junta da Bulla da Cruzada*, 119.

CAP. V. *Junta dos Tres Estados*, 120.

CA-

xi
CAP. VI. *Conselho da Fazenda*, 121.

CAP. VII. *Conselho de Justiça de Guerra*, 124.

CAP. VIII. *Conselho de Justiça do Almirantado*, 125.

CAP. IX. *Junta do Commercio*, ib.

CAP. X. *Junta do Tabaco*, 126.

CAP. XI. *Regedor, e Governador das Justças*, ib.

CAP. XII. *Supplicação, e Casa do Porto*, 127.

CAP. XIII. *Corregedores do Crime da Corte*, 134.

CAP. XIV. *Corregedores do Civel da Corte*, 136.

CAP. XV. *Juiz dos Feitos da Corôa*, 137.

CAP. XVI. *Juiz dos Feitos da Fazenda*, 141.

CAP. XVII. *Ouvidores do Crime*, 144.

CAP. XVIII. *Juiz da Chancellaria*, 145.

CAP. XIX. *Juiz Geral das Reaes Contadas*, 146.

CAP. XX. *Provedor da Alfandega*, 146.

CAP. XXI. *Corregedores das Comarcas*, 147.

CA-

XII
CAP. XII. *Provedores das Comarcas*, . 148.

CAP. XIII. *Juizes de Fôra , ou Ordinarios*, 149.



MANUAL

DE

APPELLAÇÕES, E AGGRAVOS.

PRIMEIRA PARTE.

INTRODUÇÃO

Sobre a origem, e progresso das Appellações, e Aggravos nas suas diferentes especies, similitude que guardão entre si estes remedios Juridicos, e conhecimento prévio, e necessario para a applicação dos mesmos.

CAPITULO I.

Da origem, e progresso das Appellações.

A Appellação, que não he outra cousa mais, que a provocação feita do Juiz inferior, para o superior legitimo, foi desconhecida nos primeiros tempos da nossa Monarquia, nem existe monumento, que dê a conhecer a existencia de algum Tribunal de Appellação, na primeira idade; antes pa-

rece, que este Direito repugnava á forma de governo, que então tinha a Europa. Alguns dos nossos Foraes (1) mostram bem a prohibição, que havia de Appellar das Sentenças dos Juizes das Terras dos Donatarios; pois que expressamente põem pena aos que se forem queixar ao Rei, e não quizessem receber a Sentença dos Magistrados dos Senhores. A authoridade também, que tinham os Senhores de condemnar á morte, mostra igualmente a falta, que havia de Direito de Appellação. Pelos costumes, se os homens se queixavam da Sentença do Juizo do seu Senhor, commettião huma especie de perfidia.

Para remediar isto, os remedios foram varios. Em algumas partes as Appellações só foram admittidas da dilação, ou recusação de se não fazer justiça; e em outras os Monarchas só tomarão conhecimento das causas de maior importancia, e deixarão aos Grandes as de pequena monta. Em Aragão, para se pretextar o quebrantamento do Direito Senhorial, se introduzio a Appellação (2); suppondo-se o Aggravado em perigo de vida, e por isso elle vinha á presença da Justiça, clamando *Avi, Avi, Força, Força*. O mesmo costume houve, em outro tempo, na França, chegando o Queixoso á presença do Rei gritando em altas vozes, pedindo-lhe reformasse a Sentença. (3)

Estas são as *Querimas*, ou *Querimonias* de que fallão os Foraes, e que alguns grandes prohibição, que se fossem fazer ao Rei. Ellas não só são feitas dos Senhores dos Feudos ao Chêfe do Estado, mas dos Senhores Subalternos de hum Feudo ao Senhor Principal (4)

Em

(1) V. g. o Foral da Villa de Boja jejuia: o Foral de Pom-
bal, &c. (2) Blanc Coment. de Reb. Aragoni. (3) Capt.
Liv. 3. Cap. 59. (4) Foral de Castello-Branc.

Em virtude da queixa ao Chêfe do Estado se davão as Cartas de Justiça, das quaes ainda falla a Ordenação actual (1), e que se chamavão, aquellas que os Reis mandavão fazer, pelas queixas dos que querião alcançar Direito, e levavão esta clausula, *Se assi he como querelou* (2).

Os Senhores Territoriaes não levavão a mal estas queixas, porque se conformavão com as idéas da subordinação Feudal, e por isso se introduzirão sem muita opposição; porém quando em lugar das queixas de que se não administrava Justiça, se introduzirão Appellações da injustiça, e iniquidade das suas Sentenças, por toda a parte os Nobres excessivamente contendêrão por seus antigos privilegios; e a pesar das Leis do Senhor D. Diniz sobre a liberdade, que todos tinham de appellar, ainda no tempo do Senhor D. Affonso V., havia Senhores de terras, dos quaes nos feitos Civeis não havia Appellação (3).

A introdução do Direito Canonico, e Romano no nosso Foro, concorreu muito para estabelecer mais amplamente a Appellação á Corte do Rei. No Reinado do Senhor D. Affonso III, se acha já este Direito; e nesse tempo devia ser a Appellação pedida em tres dias, e seguida em nove (4), cujo termo o Senhor D. Diniz ampliou á trinta; ordenando também, que depois de appellado o Juiz nada innovasse (5).

O mesmo Direito de Appellação continuou depois que a Corte começou a ser estavel, e se tem conservado no estado em que se acha agora; e en-
se sup. ult. p. 113. A. II. do Br. de 1774. rão.

(1) Ord. Liv. 3. tit. 85. (2) Part. 3. tit. 19. l. 6 (3) Ord.
Aff. Liv. 3. tit. 74. (4) Ord. Aff. Liv. 3. tit. 73. §. 2. e 3.
(5) L. e Post. antig.

tão acabada a Appellação, e concertada por Tabelião, ou Escrivão, era entregue ao Appellante, assignando-se-lhe o termo de trinta dias, conforme a distancia, para a sua apresentação (1).

CAPITULO II.

Da origem, e progresso dos Aggravos ordinarios.

Considerando o Aggravo em geral como o *recurso interposto da Sentença interlocutoria, ou definitiva, a fim de que se reforme*, deveremos definir o Aggravo ordinario deste modo. O *Recurso interposto da Sentença definitiva, ou interlocutoria com força de definitiva, daquelles Juizes de quem se não appella*. Chamara o Direito Romano *Supplicationes* a estes Aggravos, remedio muito analogo á Appellação, e que a nossa Jurisprudencia dalli tomou.

Havia em Roma certos Magistrados (como o Prefeito do Pretorio), dos quaes, pela preeminencia do seu officio, não era licito appellar-se (2); mas como não fosse conforme á Justiça esta distincção, dada á grandeza da Magistratura, que não soffre a mais leve desigualdade de Direitos, ella fez com que se introduzisse outro remedio, para delle se valerem as Partes aggravadas, e lhe derão o co-honestado nome de *Supplicação*, suppondo que se

ti-

(1) Ord. Aff. Liv. 3. tit. 73. §. 7. (2) Lei unic. ff. de Off. Praef. Praet.

tinha feito Justiça, mas rigorosa, como adiante se dirá.

Isto mesmo passou para a nossa Legislação (1), pois nella vemos do mesmo modo a prohibição de se appellar de certos Magistrados de maior Graduação, e cujas cartas Precatorias, Avocatorias, &c. principião pelo nome do Soberano, e que tem o titulo de Desembargador; mandando-se, que em lugar de Appellação tivessem as Partes o remedio de Aggravo ordinario. E posto que este remedio, que tem a sua verdadeira origem nas queixas, que os Vassallos fazião ao Soberano, seja muito analogo, e semelhante á Appellação, com tudo differem em muitas cousas, como se verá.

No tempo do Senhor D. Diniz, já este remedio do Aggravo ordinario era conhecido entre nós; pois que este mandou (2), que as Sentenças, que fossem confirmadas pelos sobre-Juizes, ou Ouvidores da *Supplicação*, não podessem ser revogadas, e que a Parte, que as quizesse revogar, pagaria quinhentos soldos.

O Senhor D. Pedro I., e o Senhor D. Affonso V. tambem legislárão sobre as *Supplicações*, ou Aggravos ordinarios (3); e o Senhor D. Manoel he que legislou depois mais amplamente sobre este Direito, como bem se observa nas suas Leis, e Codigo, o que continuarão a fazer os seus Augustos successores até nós (4).

CA-

(1) Ord. Liv. 3. tit. 84., e outros lugares da Ord. (2) Lei de 1302, que vem nas Leis e Post. ant. Ord. Aff. Liv. 3. tit. 10. §. 5. (3) Ord. Aff. Liv. 3. tit. 109. §. 1. 3., e 4. &c. (4) Tem o seu Assento principal na Ord. Filip. Liv. 3. tit. 84.

CAPITULO III.

Da origem, e progresso dos Aggravos chamados de Petição, ou Instrumento, e no Acto do Processo.

Posto que Aggravo ordinario seja relativo ao extraordinario, com tudo não foi esse o nome, que no foro tiveram os Aggravos, que tinham diversa natureza, do que chamavão ordinario, e chamárão-se estes por Instrumento, por Petição, e nos Actos, segundo o modo com que se interpunhão.

He bem sabida a influencia, que teve em outro tempo, no nosso Foro o Direito Canonico, e Romano, e por isso se não pôde duvidar, que esta concorrêra para introduzir, e estabelecer entre nós este, e semelhantes direitos; devendo tambem supôr, que os Soberanos procurando por varios modos diminuir o poder dos Senhores territoriaes, se valêrão deste meio como analogo adoptando-o, sendo hum dos primeiros as Cartas de Justiça, a que o Senhor D. Diniz deo toda a extensão, mandando que todos podessem ganhar Carta de Justiça livremente (1).

Pela Lei do Senhor D. Diniz, como fica dito, as Appellações á Corte do Rei tiveram toda a amplitude, e não só dos actos Judiciaes, mas tambem dos Extrajudiciaes se podia appellar; não sómente das Definitivas, mas tambem das Interlocutorias.

Que

De Appellações, e Aggravos.

Que delongas não deverião daqui nascer? O Senhor D. Affonso IV. o deixa bem ver em huma das suas Leis (1).

Para evitar estes males o mesmo Monarca coartou as Appellações das Interlocutorias a dois casos: 1.º Quando o Juiz não podesse hir pelo processo em diante: 2.º Quando a sentença contivesse grave irreparavel. Todos os mais casos ficarão sem remedio de Appellação. Ganhou o processo na brevidade; porém o Direito das partes offendido pelas outras Interlocutorias, ficou sem remedio.

O caminho que se buscou para evitar este mal foi recorrer ás antigas Cartas de Justiça, isto he, ás queixas, porque ellas forão concedidas (2); e como para melhor prova, e brevidade, era melhor que ellas fossem formalizadas por Instrumento, daqui nasceo o nome de Aggravo por Instrumento.

A circumstancia dos Aggravos introduzidos no Processo, para remediar a falta das Appellações das Interlocutorias, fizerão nascer tres especies; porque ou o Juiz para quem se aggravaava estava na terra, ou perto; e neste caso forão os proprios Actos ao Juiz Superior, para o que se fazia huma Petição, como agora, ao mesmo Juiz para avocar os Autos, o que deo causa aos Aggravos por Petição, nos quaes o Juiz *a quo* não pode proceder por falta de Actos.

Se o Juiz superior não estava na terra onde se aggravaava, e fóra de sinco legoas, então hião os Aggravos por Instrumento; porque d'outro modo a prohibição das Appellações nas Interlocutorias ficaria inteiramente inutil.

Pe-

(1) Ord. Aff. Liv. 3. tit. 72. §. 4. (2) Brandão Cap. 44. L. 16. aponta hum exemplo, e que prova, que das queixas ao Rei, he que tiveram principio os Aggravos.

(1) Lei de 1320. Part. 3. tit. 19. L. 6.

Pela Legislação antiga (1) se mostra, que os Aggravos das Interlocutorias por Instrumento, podião ser também nos Actos do processo.

A nova Ordem do Juizo do Senhor D. João III. (2), já fez distincção de casos onde só havia de haver Aggravo no Acto do Processo, ou por Instrumento, e Petição.

Com o andar do tempo introduzio o uso do Foro o remedio de Aggravo de Instrumento, ou Petição em varios mandados dos Magistrados, que não são verdadeiras Interlocutorias, mas Sentenças Definitivas, pela força que em si tem, ás quaes por isso lhe podia bem competir o remedio de Appellação, tão usada na antiga Legislação.

Esta praxe não só á mais de dois Seculos passou para as nossas Ordenações; mas ainda depois continuou com maior extensão; de maneira, que até das Sentenças, que tem força de Definitivas, taes como as de que falla a Ord. actual Liv. 3. tit. 20. §. 18, e 22, &c. se manda aggravar por Petição, ou Instrumento. E parece, que quando as Leis fizerão caso de Aggravo aonde competia o remedio de Appellação, tiverão em vista a maior expedição do processo; e quando os Aggravantes usavão do remedio de Aggravo, competindo-lhe o de Appellação, atterderão a usar deste remedio diante de hum Magistrado superior, que muitas vezes está na mesma terra, perante o qual não podião interpor a Appellação.

CA-

(1) Ord. Manoel. Liv. 3. tit. 34, e tit. 77, e Philipp. Liv. 3. tit. 70. §. 8., e tit. 84. §. 11. (2) Estravag. de 3. de Julho de 1526.

CAPITULO IV.

Da similhança que tem estes Aggravos com as Appellações.

Introduzidos os Aggravos, em lugar das Appellações das Sentenças Interlocutorias, que as Leis prohibião, elles se assimilharão em muitas cousas com as Appellações.

Estas se erão na Corte, o Juiz hia contar as razões, que as Partes tinham allegado, e daqui se introduzio hirem os proprios Actos nos Aggravos da Terra, ou dentro das sinco leguas.

As Appellações tinham por maior prazo para serem apresentadas trinta dias; a praxe introduzio este mesmo prazo para a apresentação dos Aggravos, tirando huma conclusão geral dos casos singulares dos Aggravos de Instrumento, ou Cartas Testemunháveis, que se mandão dar quando se nega a Appellação das Interlocutorias (1), ou quando se aggrava dos actos extrajudiciaes, que fazem as Confrarias, e Universidades, tendo esses actos ahi fim (2).

Finalmente olhando mesmo para o fim porque se introduzirão estes remedios, nós vemos ser o mesmo o das Appellações, que o dos Aggravos; porque se o Direito da Appellação he huma salvaguarda para a segurança dos Cidadãos, e liga as mãos do Magistrado, que não guardou o Direito das Partes, ou leva a hum exame mais circumspecto

B

a

(1) Ord. Liv. 3. tit. 74. §. 5. (2) Ord. Liv. 3. tit. 78. pr.

a Justiça dos Litigantes; estes mesmos fins são os dos Aggravos de Petição, Instrumento, e nos Actos, e do mesmo modo que na Appellação, elles vão a discutir, e a pôr em menos perigo o Direito, que huma das Partes suppõem offendido.

CAPITULO V.

Das dúvidas sobre quando cabe Appellação, ou Aggravo, e intelligencia dos lugares da Ordenação a este respeito.

Postos dois remedios, que ambos tendem ao mesmo fim, como fica exposto, tem no Foro havido grandes dúvidas sobre quando se deve usar de Appellação, e quando de Aggravo, isto he, de Instrumento, ou Petição.

O Jurisconsulto Leitão, que *ex professo* tratou desta materia, diz, que senão pôde assignar alguma regra sobre isto; e que todos os casos em que se podia usar de Aggravo por Instrumento, ou Petição, erão especiaes, e indicados no nosso Codigo; e que as excepções destes casos de Aggravo se achão no §. 46. do tit. 20. do Liv. 3. onde se trata das Interlocutorias, de que se pôde usar do Aggravo no Acto do processo; e no tit. 69. do mesmo Liv. das Interlocutorias de que se pôde appellar (1); e que em quanto á praxe, que prevalecia em contrario, respondeo com hum pensar acima do seu tempo, *Libere igitur, & laudabiliter studiosis*

sus philosophari liceat; non enim vulgi, sed unius docti existimatio querenda est (1).

A dúvida porém, que nasceo das palavras da Ord. Liv. 1. tit. 80 §. 11., que manda, *que os Tabelhões dem os Instrumentos de Aggravo das Partes, posto que o Juiz de que se aggrava tenha alçada no caso*, e das que se achão no §. 25. do tit. 58: Liv. 1., que dizem expressamente, *que cabendo as causas nas alçadas dos Juizes de que se aggrava, os Corregedores não proverão os Aggravos*; he que descidio, que os Aggravos sempre se devião conceder, e que o Juiz superior he que havia de dar provimento, ou denegallo, segundo coubesse, ou não na alçada do Juiz o caso de que se interpunha (2).

E posto que da Ord. Liv. 3. tit. 20 §. 46., e tit. 74. §. 15. pareça deduzir-se a regra, de que senão pôde aggravar mais que nos casos expressos da Ordenação, com tudo isto não só he applicavel para os Juizes, que conhecem delles, por lhe obstarrem os sobreditos lugares; mas também ás excepções da regra, que põem logo no principio o sobredito §. 46., *que senão poderá appellar, nem aggravar, de mandado algum, ou Interlocutoria, que qualquer Juiz ponha, ou mande judicialmente acerca do ordenar, e processar o Feito, salvo nos casos declarados nesta Ordenação*..... fazendo como huma declaração a respeito das Sentenças Interlocutorias proferidas sobre ordenar o Processo, em contemplação ao que se tinha disposto nos §§. antecedentes, em que legisláráo differentemente, applicando já o remedio da Appellação, já o dos Aggravos ás Sentenças, que parecem semelhantes entre

B ii

si,

(1) Leit. q. 6. n. 16.

(1) Leit. q. 6. n.º 25. (2) Leit. dito n.º 77.

si, sem com tudo se ter estabelecido huma regra, que servisse de governo a esta materia.

Pois ainda que se estabeleça como regra, que das Sentenças Definitivas, se não dá Aggravo de Petição, ou Instrumento, mas sim Appellação; esta mesma regra não he sempre firme; por isso que tem algumas limitações; como he nos casos da Ord. Liv. 3. tit. 14. pr. tit. 20. §. 22, 18, e 31, que tratando de absolvições de instancia, ou Sentenças Interlocutorias com força de Definitivas, manda com tudo dar sómente Aggravo de Petição, ou de Instrumento; quando no tit. 69. pr. se estabelece outra regra *de que se pôde appellar tambem das Sentenças Interlocutorias, se tiverem força de Definitivas, ou porem fim á demanda*; e por esta razão achamos, que nos casos da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 6, 16, 22, &c. se manda dar Appellação, ou Aggravo, sendo com tudo Sentenças Interlocutorias com força de Definitivas, como as outras; sem com tudo podermos dar outra razão de differença, para conciliarmos esta opposição, mais que a que costumão dar, posto que sem fundamento sólido relativamente aos sobreditos §§.; de que a Sentença de absolvição de instancia pôde tocar de perto ao ponto principal, ou não: no primeiro caso, quando põem termo ao litigio compete Appellação, ou Aggravo Ordinario; e no segundo, quando não toca de perto ao caso principal, e não põem termo ao litigio, então compete Aggravo de Petição, ou Instrumento, como parece deduzir-se do §. 22. cit., e tit. 69. pr. do Liv. 3. nas palavras, *que pela tal Interlocutoria seja o feito acabado*.

Porém entrando em hum exame circumspecto dos sobreditos §§., bem se vê que esta mesma razão de differença, ou conciliação, não he séria, e di-

digna de se proclamar, por verdadeira; pois que da mesma terceira absolvição de Instancia, e daquellea mesma que exclue ao Author da quarta citação, não podendo tornar a fazer citar ao Réo em tempo algum por aquella causa de que he absolvido, e de que trata o tit. 14. pr. do Liv. 3. se dá sómente Aggravo de Petição, ou Instrumento, e não a Appellação; como poderá applicar-se para aqui a sobredita intelligencia, ou razão de differença?

Donde concluímos, que os Compiladores não usáram de toda a clareza sobre esta materia, que aliás he obscura, e difficil; e por isso bem a proposito disse o Jurisconsulto Leitão *Libere igitur, & laudabiliter, &c.*; e nesta obscuridade deveremos procurar os caminhos mais facéis, e que nos conduzão ao fim desejado; e estes não podem ser outros mais que sabermos quaes são os casos em que as nossas Leis mandão usar tanto do remedio da Appellação, como de cada huma das especies de Aggravos, e quando os excluem, ao que me proponho principalmente na 3.^a Parte, pela vantagem que pôde produzir a hum Jurista huma collecção, que obviamente offereça ao seu conhecimento, e leitura os sobreditos casos, e o que lhe possa corresponder; tendo sempre em vista as regras estabelecidas na Ord. Liv. 3. tit. 70, e 69. pr. e §. 46. do tit. 20., na forma ponderada, para se obrar de similhante a similhante, no caso de dúvida, e não expresso, como manda proceder aos Julgadores a sobredita Ord. Liv. 3. tit. 69. no fim do pr.

De que modo porém se devão entender as palavras, que apparecem em diferentes lugares da Ord. *Dará Appellação, ou Aggravo, qual no caso couber: Dará Appellação, e Aggravo*, he que resta expôr; pois suppõem huma regra, que haja de dis-

tinguir, quando o caso he de Appellação, e quando he de Aggravo.

Eu não sei, que se possa recorrer a outra além do que fica exposto mais, que a que se deduz das mesmas expressões, e contexto a que se referem, e vem a ser, que quando o Legislador usa desta expressão *poderá Aggravar, ou Appellar* como vemos nos §§. 6, 19, 22. do tit. 20. §. 1. do tit. 25. Liv. 3, &c., não tratando de Juizes certos, e que são graduados, mas sim fallando em geral com as Partes, sobre que recurso devem usar naquella caso, se deve entender aquella expressão do Aggravo ordinario, ou Appellação; isto he, que se o Feito for tratado perante os Juizes de quem se não pôde Appellar, e sómente Aggravar Ordinariamente, que se interponha este Aggravo; e pelo contrario se usará de Appellação não se tratando a causa, perante aquelles Juizes privilegiados, mas ante outros de que he licito Appellar; isto não só porque o Legislador usa da expressão alternativa, *ou*, mas tambem porque quando o Legislador está fallando de certos Juizes graduados, e de que se não pôde Appellar, mas só Aggravar ordinariamente como he no caso da Ord. Liv. 1. tit. 39 pr. em que está fallando do Corregedor dos Feitos civis da casa do Porto, então não usa da frase *dará Appellação, ou Aggravo*, mas simples da expressão *Aggravar*; bem como quando falla de Juiz, que não he graduado, e como tal certo, como succede no §. 25. do tit. 62. do Liv. 1., onde falla determinadamente com os Provedores, usa da simples expressão *dará Appellação*, sem com tudo usar da alternativa, *ou Aggravo*.

Se porém o Legislador usa da frase *dará Appellação, e Aggravo*, como já não usa da alter-

na-

nativa, devemos entender esta expressão do modo seguinte; que se o Juiz der Sentença Definitiva se poderá appellar della; e se a der Interlocutoria, se aggravará, não ordinariamente, mas sim por Petição, ou Instrumento; e por isso accrescenta muitas vezes: *Quat no caso couber.*

Com estas prévias noções, seja-nos licito expôr o Direito, e Prática das Appellações, para depois passarmos a tratar dos Aggravos, nas suas diferentes especies, o que se expende, por sua competente ordem, nas Tres seguintes Partes.



SEGUNDA PARTE.

Direito, e Prática das Appellações, e Aggravos Ordinarios.

CAPITULO I.

Quando tem lugar a Appellação, ou Aggravo Ordinario.

Sabido o que seja Appellação, e Aggravo Ordinario, e qual fosse a sua origem, e progresso até a Compilação Philippina, pede a boa ordem, que na deducção do Direito, que nesta Compilação, e Leis posteriores se dedicou á materia de Appellações, ou Aggravos ordinarios, se principie por aquelle, que nos designe, quando he que tem lugar estes remedios no Processo Judiciario, para depois se passar á discussão do mais que lhe for applicavel, debaixo de huma ordem, e methodo, que se mostre o seu estudo facil, e claro; para que com a mesma facilidade se possa applicar aos casos occurrentes.

A nossa Ordenação no tit. 69, e 70. do Liv. 3., a respeito das Appellações, e no tit. 84. do mes-

mesmo Livro a respeito dos Aggravos Ordinarios, mostra bem quando, ou em que parte do Processo, e de que Sentenças se pôde interpôr tanto hum como outro remedio Juridico, quando as Partes se suppõe aggravadas em hum Juizo, podendo em virtude delle, procurar em outro Juizo, ou Tribunal superior o desaggravo do gravame, que suppozerem ter soffrido na Instancia inferior. E vem a ser, todas as vezes que no Processo se proferir Sentença Definitiva, e pela qual se decida a questão principal da causa, ou Sentença Interlocutoria, que tenha força de Definitiva, por prejudicar a questão principal da causa, ou *ex vi* da sua natureza, puzer fim ao pleito naquella Instancia, ou por conter damno irreparavel, ou finalmente quando se proferir Sentença, que pelas nossas Leis se lhe applique distinctamente este remedio se pôde usar de Appellação, ou Aggravo Ordinario, Ord. Liv. 3. tit. 69. pr., e §. 1, com a declaração porém, que sendo a Interlocutoria com força de Definitiva, ou que contenha damno irreparavel, he necessario ver se as nossas Leis lhe applicação algum outro remedio, e nesse caso não tem lugar a Appellação (1).

Pôde-se tambem Appellar, ou Aggravar Ordinario.

(1) Quando tratarmos dos Aggravos de Petição, ou Instrumento, se verá que as nossas Leis mandão usar destes recursos em Sentenças, que sendo Interlocutorias, tem com tudo força de Definitivas; taes são as de que fallão os §§. 18, 22, 31. do tit. 20, e tit. 14. pr. do Liv. 3. por serem absolvições de Instancia; quando a outras semelhantes Sentenças, em outros lugares, manda usar de Appellação, ou Aggravo Ordinario, como nos casos da Ord. Liv. 3. tit. 65. §. 1. tit. 20. §. 6, 16, 22, &c.

E note-se mais, que a Parte antes de Appellar, pôde embargar a Sentença, sendo embargavel, e intentar a Appellação, depois de discutidos, e julgados os Embargos.

nariamente, tanto da Sentença pura, como da condicional, com tanto que se não espere pela verificação da condição para se interpor, e só se ouve para o tempo da publicação da Sentença, como succede na Sentença dada puramente, Ord. Liv. 3. tit. 77.

CAPITULO II.

Diferenças que ha entre Appellação, e Aggravo Ordinario.

Posto, como já disse, que o Aggravo Ordinario seja muito analogo á Appellação, e o mesmo que esta pelo que respeita a certos effeitos, e considerações, com tudo pede a clareza, que se notem neste lugar as diferenças mais substanciaes, que as nossas Leis lhe assignarão, para distinguir hum do outro remedio; e que depois mostre tambem o que he de mais particular nos Aggravos Ordinarios, para depois, com estas prévias diferenças, e particularidades se saber, quando debaixo da palavra *Appellação* se comprehende o Aggravo Ordinario.

I.^a DIFERENÇA.

Antes de passarmos ao exame, e combinação das nossas Leis, descobrimos a primeira diferença da Appellação a Aggravo Ordinario, na sua mesma origem, e razão de introdução; pois que, como fica dito, a Appellação se interpunha no caso de se ter feito injustiça na inferior Instancia; e o

Ag-

De Appellações, e Aggravos. 19

Aggravo Ordinario, ou *Supplicação* no caso de se ter feito Justica, mas rigorosa, e daqui he que vem o nome de *Acordão em Relação*, isto he, que permitem isto; suppondo que não foi em tudo lezado, e que se não fez injustiça; o que bem deixa ver ser isto relativo a contemplações de preeminencia dos Julgadores, por não ser concedido geralmente a todos, e só a certos, como já se notou.

2.^a

A Appellação tem lugar tanto nas Causas civis, como nas criminaes, e nestas ainda que a Parte o não requeira em certos casos; Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 6. pelo contrario o Aggravo Ordinario tem somente lugar nas Causas civis, e de modo nenhum nas criminaes, como se vê da Ord. Liv. 1. tit. 11. tit. 37. §. 1., e tit. 41. (1).

3.^a

Se o Juiz recebe a Appellação, a outra Parte pôde Aggravar deste recebimento no Acto do Processo; Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 8.; se porém o Juiz concede o Aggravo Ordinario, a parte pôde oppor-se com Embargos. Ord. Liv. 3. tit. 84, §. 5.

C ii

4.^a

(1) N. B. que posto que pelo Alv. de 31. de Março de 1790. se concedesse aos Inglezes o usarem do recurso de Aggravo Ordinario das Sentenças do seu Conservador, em lugar do de Appellação, que d'antes lhe competia; com tudo isto não veio alterar o Direito regular, e estabelecido, a respeito das Causas criminaes, em que os Superiores legitimos são os Ouvidores das Appellações crimes; e que por isso só se deve entender a concessão deste privilegio, e outros semelhantes, a respeito das Causas civis.

4.^a

Appellando-se em quanto a Appellação está pendente, se suspende a execução da Causa, no caso della ser recebida em ambos os effeitos, Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 6; Aggravando-se porém Ordinariamente, só se suspende a execução por espaço de seis mezes, Ord. Liv. 3. tit. 73. §. 1., e tit. 84. §. 14. (1).

5.^a

Ainda que se Appelle por hum Parte sómente, a Appellação fica sendo commun a ambas as Partes, Ord. Liv. 3. tit. 72.; differentemente porém acontece nos Aggravos Ordinarios, em que he necessario que ambas as Partes paguem o Aggravo, sem o que não podem ser providos, Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 12.

6.^a

Quando se Aggrava Ordinariamente, deve-se apresentar o Feito na Superior instancia, dentro em sessenta dias percisos, Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 4; e quando se Appella, não tirando o Appellado dia de ap-

(1) Antes da mudança da Corte para o Rio de Janeiro, e providencias que ahi se tem dado desde 1808 aos Aggravos Ordinarios, que vinhão das Relações do Brasil, para a Supplicação, se tinha fixado o termo suspensivo de dois annos, para as execuções das Sentenças pelo Alv. de 5 de Dezembro de 1801, que ampliou a dita Ord. imitando a disposição da Cart. Reg. de 7 de Dezembro de 1614. a respeito das Appellações, que dalli vinhão.

apparecer, tem o Appellante seis mezes para o seguimento, e apresentação de Appellação, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 3.

7.^a

Se os Actos sobem ao Tribunal Superior por Appellação, passado o semestre, e não apparecendo a Parte, póde este julgar a Appellação por deserta, Ord. Liv. 3. tit. 68. §. 3.; e se vão por meio de Aggravo Ordinario, passado o bimestre, sem o seguirem, ou pagarem o dinheiro do Aggravo as Partes, não póde o Tribunal Superior conhecer mais do Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 9.

8.^a

Para a Appellação ser recebida, não he necessario pagar dinheiro algum; e pelo contrario o Aggravo Ordinario não se concede, sem o pagamento da Gabella, que são 900 réis. Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 1., excepto se a Parte jura ser muito pobre, porque então satisfaz rezando hum Padre nosso, e hum Ave Maria pela Alina do Senhor D. Diniz, Ord. cit. §. 10.

9.^a

Na Appellação póde a Parte usar dos Instrumentos de dia de apparecer, para o Juiz Superior a julgar por deserta, e não seguida, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 3. in fin.; o que se não pratica nos Aggravos Ordinarios; porque nestes se dão dois mezes para a sua apresentação, na Superior instancia; passados os quaes não se póde mais prosequir o Aggra-

gravo, sem ser necessario a formalidade de tirar dia de apparecer, Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 4, e 9. Mendi. 1. P. Liv. 3. Cap. 19. n. 11.

10.^a

He de observar finalmente outra differença entre Appellação, e Aggravo Ordinario; e vem a ser, que quando este se interpõem d'ante os Desembargadores da Casa do Porto, e a estes não parece de receber o dito Aggravo, neste caso vai o Feito á Relação, e em Meza Grande, perante o Governador se determina se he, ou não caso de Aggravo; e concedendo-se pôde a Parte aggravar no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 11.; quando do recebimento da Appellação ha Aggravo de Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 1. tit. 6 §. 4, e tit. 8. §. 27.; no que concordão estas com os Aggravos Ordinarios, que sahem d'ante os mais Julgadores, que tem o privilegio de se poder Aggravar Ordinariamente das suas Sentenças, sem ser a Relação; como declarou o Ass. de 14. de Fevereiro de 1606.

CAPITULO III.

*Particularidades do Aggravo Ordinario.*1.^a

A Parte que Aggravar Ordinariamente deve primeiro pagar a Gabella, que são 900 réis para a Chancellaria do Porto, sendo interposto d'ante os Desembargadores da dita Casa, sem o que lhe não será concedido o Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 84. §. 1.; e sendo interposto d'ante os Corregedores da Corte, os Desembargadores, que em lugar delles desembarguem os Feitos por Commissão Regia pagarão as Partes a dita Gabella para a Chancellaria da Corte. §. 1. Sendo porém as Partes pobres, são admittidos, rezando hum Padre nosso, e hum Ave Maria pela Alma do Senhor D. Diniz. §. 10.

2.^a

Quando o Aggravante se julga Aggravado, ou pagou o dinheiro do Aggravo fóra do tempo, se lhe manda restituir o dito dinheiro, por Alvará; quando for pago na Chancellaria da mesma Casa, onde são os Desembargadores, que o mandão tornar; e por carta sellada se tiver sido pago na Casa do Porto, e o mandarem tornar os Desembargadores dos Aggravos da Casa da Supplicação §. 13.

3.^a

O Aggravante que não seguiu o Aggravo em tempo legitimo, que são dois mezes, na fôrma do §. 4.^o, ou não pagar a Gabella, não pôde mais seguir o Aggravo; excepto se mostrar legitimo impedimento, ou forem menores os Aggravantes, no que se lhe concede restituição, Ord. Liv. e tit. cit. §. 9.

4.^a

Se a Parte não aggravar da Sentença contra elle dada, ou tendo Aggravado não pagar, ou não seguir o Aggravo em o tempo dito, e alegar Embargos á Sentença sobre os quaes for dada Sentença, se disso mesmo aggravar, pagando, e seguindo o Aggravo, os Desembargadores dos Aggravos lhe darão provimento conforme a Direito, quanto ao conteúdo nos ditos Embargos; e não conhecerão da dita Sentença; salvo se pelos Embargos se mostrar que a devão annullar, ou modificar em parte, ou em todo. §. 8.

5.^a

Os dous mezes, que se dão ao Aggravante, para dentro delles pagar o dinheiro do Aggravo, e apresentar o Feito perante os Desembargadores dos Aggravos, contados desde o dia da publicação da Sentença, de que se aggrava, correm do tempo em que a Sentença for embargada, se o que aggravou a embargar na Chancellaria §. 4.^o: e se a Parte contraria alegar Embargos para impedir a concessão do Aggravo, ou o Julgador o detiver antes que

que o conceda, ou denegue, todo o tempo que com isto se gastar se não contará nos ditos dois mezes; e acontecendo, que se acabem no dito tempo, se apresentará a diligencia na primeira audiencia, que houver depois do dito espaço. §. 5. E quando as Partes estão fóra do Reino, se assigna tempo conveniente para o seu seguimento, §. 6.

6.^a

Quando o vencedor tira a Sentença, e a Parte vencida o quer citar para o Aggravo, escondendo-se aquelle, pôde esta citação ser feita na pessoa de sua mulher, familiares, ou visinhos, havendo disso informação o Juiz, § 7.

7.^a

Os seis mezes que se concedem para dentro delles se não fazer execução nos bens do Condemnado, e que se contão do dia em que se concedeo o Aggravo, se entendem concedidos, no caso de durar tanto tempo o despacho na causa do Aggravo; porque se este tiver acabado antes dos seis mezes, e a Parte vencedora tiver a Sentença passada pela Chancellaria, se faz differença, ou o Condemnado tem bens de raiz, ou não: no primeiro caso não dá caução ao Julgado, mas não poderá alhear os bens durando a Demanda, ficando como hypothecados para o pagamento da condemnação; e no segundo caso dará fiança bastante para a condemnação; mas não a dando se executa logo a Sentença, sem se esperar pelos seis mezes. E passando seis mezes, sem se terminar o Aggravo, se passa a executar a Sentença de que se aggravou, §. 14. E se

depois da Sentença executada, se revogar por via do Aggravo em parte, ou em todo, se guardará o que dispõem a Ord. no caso de ser a Sentença revogada por via de Embargos, Ord. Liv. 3. tit. 86. §. 4.

8.^a

O terceiro que aggrava Ordinariamente sobre Embargos por elle oppostos á Execução, além de preparar o Aggravo, deve pagar a Gabella, e traslado dos Actos, como declarou o Assento da Casa da Supplicação de 12 de Janeiro de 1771.

9.^a

As Sentenças que vem por Aggravo Ordinario á Relação se confirmão por dois votos, sendo porém necessarios tres para receber os Embargos dirigidos á revogação das mesmas Sentenças, segundo o disposto no Assento da Casa da Supplicação de 20 de Dezembro de 1783.

CAPITULO IV.

Das differentes especies que ha de Appellação.

DEvide-se a Appellação primeiramente em *Judicial*, e *Extra-judicial*. Judicial, a que se concede por causa do aggravo feito pelo Juiz em sua Sentença Definitiva, ou Interlocutoria. Extra-judicial a que se dá do gravame feito fóra de Juizo, e de que falla a Ord. Liv. 3. tit. 78. E assim se póde appellar: = 1.º dos Actos Extra-judiciaes, e determinações das Universidades, Villas, Conselhos, Confrarias, Collegios, e quaesquer outros semelhantes quando os fazem juntamente, excepto havendo privilegio para os poderem determinar, sem Appellação nem Aggravo, Ord. cit. pr.: = 2.º da Transação, ou Composição amigavel feita em perjuizo de Terceiro, appellando este que se achar fraudado, Ord. cit. § 1.: = 3.º das Partilhas Extra-judiciaes, ou Partidores, e Avaliadores escolhidos pela Cidade, Villa, ou aprazimento das Partes; havendo neste caso o arbitrio de usar da Appellação, ou implorar o Officio do Juiz, Ord. cit. §. 2.: = 4.º dos Actos Extra-judiciaes Cominatorios, em que a Parte que receia ser aggravada por outra, recorre ao Juiz da Terra implorando o seu officio, §. 5. como se vérifica nos exemplos apontados nos §§. 6, 7, e 8, da Ord. cit. (1).

D ii

P6-

(1) N. B. Que estas Appellações extra judiciaes são mais humas queixa ao Juiz, ou imploração do seu officio, que Ap-

Póde dividir-se mais a Appellação em *Voluntaria*, e *Necessaria*, ou *ex officio Judicis*. Voluntaria, a que interpõem as Partes voluntariamente de qualquer Sentença; em que se suppõem aggravadas. Taes são todas as que se interpõem das Sentenças Definitivas; ou com força destas, em matéria civil, e ainda criminal, se olharmos para o livre arbitrio das Partes (1).

Necessaria, ou *ex officio*, aquella que o Juiz he obrigado a interpôr por parte da Justiça, quando a Lei assim lho manda fazer; cuja obrigação por estar inherente ao seu officio, se chama Appellação *ex officio*. Taes são em regra todas as que se interpõem das Sentenças criminaes, cujo Processo, ou Accusação começou por Querella, ou Devassa, não sendo das exceptuadas nas nossas Leis (2). Exceptuão-se pelas nossas Leis os seguintes casos.

1.º

Appellações verdadeiras; pois não são interpostas no decendio, nem para o Juiz superior; tendo somente o effeito de nada se innovar depois de interpostas, como succede nas verdadeiras Appellações; e só a respeito das Partilhas he que no §. 2. se diz será interposta dentro em 10 dias; porém além deste caso ser digno de favor, com tudo parece que esta Ord. se deve entender das Partilhas mandadas fazer por mandado, ou authoridade do Juiz, que se tem por Judiciaes, como parece colher-se do dito §. 2, e do tit. 17. §. 4., e seguintes do Liv. 3.

(1) Ninguém póde ser obrigado a appellar de huma Sentença, que somente lhe diga respeito contra sua vontade, bem como he livre a cada hum desistir da Accusação do crime a todo o tempo; porque se o delicto he particular, não prejudica a terceiro, e se o crime he público, desistindo a Parte, que accusava, entra a Justiça no lugar da Parte, e esta já não póde desistir; e por isso mepersuado, que a divisão que dou á Appellação em voluntaria, e necessaria, não será estranha.

(2) Posto que a Ord. Liv. 3. tit. 122. no pr. estabeleça

1.º

O caso de ferimento simples, quando ha perdão da parte, isto quando não houve proposito; ou animo deliberado de offender. Ord. Liv. 5. tit. 122. pr., ou quando do dito ferimento não resultou lezaõ, ou deformidade no rosto, segundo a declaração da Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 37., ou quando não foi perpetrado o mesmo ferimento com arma defeza, e havendo perdão da Parte.

2.º

a regra, que se deve appellar por parte da Justiça, em todos os casos em que se receber Querella, á excepção dos casos, que passa a enumerar; e no §. 4. estabeleça outra, de que todo o Julgador deve appellar por parte da Justiça, quando as Partes o não fizerem, ajuntando-se ao Feito do Accusado alguma Devassa, ou Inquirição judicial, posto que não seja Querella, e que se julgue o Accusado por livre; com tudo devemos ampliar estas regras com os seguintes casos, em que o Juiz deve appellar *ex officio* por parte da Justiça offendida, ainda que nelles não tenha precedido Querella, ou Devassa. = 1.º O caso de Injúria feita ao Juiz, ou aos seus Officiaes, Ord. Liv. 5. tit. 50. §. 5. = 2.º Quando o Réo se chama ás ordens, Ord. Liv. 2. tit. 1. §. 28. E geralmente fallando, de todas as Sentenças proferidas sobre accusação do crime, ou ella principiasse por Querella, Devassa, Denuncia, ou Summario de Testemunhas, deve o Juiz appellar por parte da Justiça; não sendo o caso dos exceptuados. E note-se, que esta obrigação de appellar *ex officio*, não se deve restringir ás Causas crimes, com exclusão das civeis; pois que vemos a Port. do Inspector do Erario Reg. de 25. de Fev. de 1807, em que se manda, que o Juiz dos Resíduos appelle *ex officio* as Sentenças de habilitação sobre heranças: = o Ed. do Conselho da Fazenda de 6 de Setembro de 1803, que manda appellar *ex officio* aos Juizes para a Superior Instancia do Conselho da Fazenda, no caso de absolverem as Partes, em Causas tocantes ao Subsídio da Decima: = o Aiv. de 4 de Maio de 1803. que manda appellar *ex officio* ao Auditor da Mari-

2.º

O caso de Adulterio commettido pela Mulher, perdoando o Marido, Ord. Liv. 5. tit. 122. pr., e tit. 25. §. 2. e 3.; no caso de ser o Adulterio simples, §. 2. da Ord. cit. (1).

3.º

O caso de furto de fruta, de vinhas, pomares, ou d'outra qualquer cousa, sendo furto simples, e modico, isto he, não excedendo a quantia de trezentos, réis Ord. Liv. 5. tit. 122. §. 9. (2).

4.º

nha, e Juizes dos Portos, para o Conselho de Justiça do Almirantado (criado por Alv. de 7. de Dez. de 1796.) sobre o objecto de prezas: = a Ordem de 31 de Maio de 1783., que se refere ao Reg. da criação dos Cavallos de 23 de Dezembro de 1692. que manda ao Superintendente das Caudellarias appellar *ex officio*, para a Junta dos Tres Estados, as suas Sentenças em que absolver, ou livrar alguém de ter Egoa de Litra: = o §. 5. do Alv. de 9 de Agosto de 1759., que manda ao Juiz de India e Mina appellar *ex officio*, para a Meza da Consciencia e Ordens, as habilitações, que perante elle se fizerem sobre partes interessadas nos cabedões dos defuntos, e ausentes, excedendo o interesse de oitenta mil réis, &c.

(1) Quando o Adulterio he acompanhado do incesto, ou lenocinio do Marido, ou casando a Mulher por morte do Marido com aquella pessoa porque o Marido a accusára de Adulterio, nestes casos se deve appellar *ex officio*, quando as Partes o não fizerem.

(2) Não he assim no furto qualificado, como o violento, ou feito em Estrada, ou ermo, dentro de dez leguas ao redor da Corte, porque nestes, não appellando as Partes, o deve fazer o Juiz, Ord. cit. §. 9, e tit. 61. §. 1.

4.º

O caso de apreensão de espada mais da marca, Ord. Liv. 5. tit. 122. §. 9, e Lei de 29. de Março de 1719. (1).

5.º

Quando a Sentença não pronuncia em devassa, ou Querela, Ord. Liv. 5. tit. 122. pr. nos casos ahi exceptuados, Ord. cit. §. 4.

6.º

Das penas impostas por se trazer seda, e vestidos contra a prohibição da Pragmatica, Ord. Liv. 5. tit. 122. §. 9. (2).

7.º

Quando julga o perdão do Principe por conforme á culpa. Ord. cit. §. 5.

8.º

(1) A marca he de cinco palmos de folha, fóra o punho, e maçã quanto ás espadas; e tres palmos quanto aos espadins, Ord. Liv. 5. tit. 80. §. 6., e Alv. de 5. de Janeiro de 1621. E note-se que hum Assento do Porto tomado sobre a intelligencia desta Ord. §. 6., e que refere sem data o Ind. Coron. a pag. 348. n. 29. na 1. P. declarou, que a disposição do sobredito §. não comprehende as pessoas, que em sua casa tem espadas de mais da marca: interpretando assim tambem a Ord. Liv. 1. tit. 1. §. 6.

(2) O Alvará de 25 de Dezembro de 1608. no §. 42. impõem aos Corregedores dos Bairros a obrigação de appellarem por parte da Justiça nos casos ditos, das penas da Pragmatica; porém pôde-se dizer, que esta determinação cahio totalmente em desuso.

8.º

Quando he mandado soltar o Portuguez, do qual querelando algum Estrangeiro, se ausentou sem deixar Procurador bastante, Ord. Liv. 5. tit. 122. §. 7.

9.º

O crimes de pesca, ou caça, nos mezes defezozos, não sendo em lugares coutados, Ord. Liv. 5. tit. 122. §. 9. (1).

10.º

Quando a condemnação cabe na Alçada do Juiz, Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 6. Liv. 5. tit. 122. §. fin. Lei de 26 de Junho de 1696. (2).

11.º

Em caso de Injúria verbal, Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 27.; não sendo feita por pessoa nobre §. 30., ou qualificada com bofetada, ou açoitues em mulher, Lei de 15 de Janeiro de 1652. (3).

CA-

(1) Deve notar-se, que pela Cart. Reg. de 15 de Dezembro de 1610. se accrescentou o mez de Junho aos de Março, Abril, e Maio que a Ord. Liv. 5. tit. 88. §. 6. tinha declarado por defezozos: e que esta Ord., e a do tit. 87., bem como a L. de 23 de Fevereiro de 1624. se declararão, e ampliárão também pelo Aliv. do 1 de Julho de 1776. relativamente á caça.

(2) Exceptuão-se o caso de Injúria feita á Justiça, em que se deve appellar *ex officio*, ainda que caiba o caso na alçada do Julgador, Ord. Liv. 5. tit. 50. =: bem como sendo sobre armas, e penas dellas, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 6.

(3) Os Reiniculas accrescentão a estes casos exceptuados, a desfloração, tanto que a Parte perdoa. Como he Cab. p. 1. ar. 19. Phæb. 2. p. ar. 138., e Barb. a Ord. tit. 122. §. 3.

CAPITULO V.

Do modo, e tempo de interpôr a Appellação.

ARTIGO 1.º

PAra a Appellação poder ser recebida deve ser interposta por declaração feita legitimamente dentro de dez dias, contados da hora da publicação da Sentença, estando as Partes presentes, ou seus Procuradores, e não estando se contrão desde a noticia da mesma publicação, correndo então de momento a momento; com tanto que o Appellante nesses dez dias não faça algum acto, que pareça ter consentido na Sentença, Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 4., e tit. 70. pr., e §. 1., e tit. 79. §. 1.

2.º

Se a Parte estiver fóra do lugar, onde a Sentença se der, póde hir appellar perante o Juiz desse lugar onde se achar, dentro em dez dias, contados da hora em que o soube; do que deve apresentar Certidão ao Juiz que deo a Sentença, dentro em tempo razoavel, contando a seis legoas por dia, tit. 70. §. 1. (1).

E

3.º

(1) Nos crimes por parte dos condemnados em todo o tempo se póde Appellar, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 6. E note-se, que a Meza do Desembargo do Paço, póde dispensar o lapso de tempo, tanto para a interposição, como para o segui-

3.º

Deve a Appellação ser interposta em Audiencia em presença do Juiz; ou não havendo Audiencia, perante o Escrivão, ou Tabellião do Feito, ratificando-se na primeira Audiencia, para não passarem os dez dias concedidos para a sua interposição, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 1.º: se porém a Appellação for *ex officio*, então basta que o Julgador no fim da Sentença declare, que appella por parte da Justiça, para o Tribunal Superior.

4.º

Póde-se finalmentese até appellar por Petição, com tanto que se ratifique na primeira Audiencia, como se pratica muitas vezes, e o ensina Pereira de Manu Reg. Cap. 21. n. 12, e 13.

CA-

mento da Appellação §. 91. do seu Regimento. E quando se consegue delle a Provisão de Dispensa, deve-se interpor dentro em dez dias, contados do em que a Provisão passou pela Chancellaria. Também se póde appellar fóra do decendio, por via de Embargos de restituição, sendo a Parte que appella menor, Ord. Liv. 3. tit. 41., e tit. 34. §. 2.

CAPITULO VI.

Avaliação, concérto, e a tempaço da Appellação.

ARTIGO 1.º

Recebida a Appellação pelo Juiz que deo a Sentença de que se appella, antes de se atempar, se procede á avaliação da Causa, para o fim de se ver se cabe, ou não na alçada do Julgador (1), que deo a Sentença, porque cabendo a quantia demandada, ou o valor da Causa sem as custas do Feito na alçada do Julgador, não será a Appellação recebida, ou sendo não tomará della conhecimento os Superiores, ainda que por alguma das Partes lhe não seja apontado, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 20. Liv. 3. tit. 70. §. 6., e tit. 84. pr. Pelo que procedendo-se á avaliação da Causa, se deve olhar para o pedido no Libello, e não em quanto foi condemnado, ou se devia, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 9., e 11. E sendo em materia de posse, se avalia esta em menos ametade do valor da propriedade, §. 10. (2).

E ii

2.º

(1) Quaes sejam as Alçadas dos Julgadores se achão declaradas na Esiravagante de 26 de Junho de 1696.

(2) N. B. Que pelo Ass. de 24 de Janeiro de 1615. se declarou, que as custas, sendo em dobro, e excedendo a alçada, se deve receber a Appellação: que pelo Alv. de 16 de Janeiro de 1759., se revogou o Ass. da Casa da Supplicação, e opinião em contrario, para se avaliar a Causa, em que se proferir Sentença a favor da liberdade, para se admitir, ou

2.º

Quando a Causa he liquida; se não faz avaliação, e para esta se fazer, se devem as Partes louvar em dois louvados; e discordando estes se nomeia hum Terceiro; e não se louvando as Partes, os nomeará o Juiz á sua revelia, §. 11.

3.º

A reconvenção augmenta o valor da cousa que se demanda, para avaliação da Causa, e alçada do Julgador, Cab. 1. P. D. 21. n. 6, 7, e 9., e arest. 89. Barbos. a Ord. tit. 70. §. 6. n. 3.

4.º

Hindo a Appellação sem nella hir feita a avaliação, se procede á pena imposta pela Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 11.

5.º

A avaliação huma vez feita, não se póde fazer ao depois outra, sem ser por via de Embargos, Cab. 1. P. D. 21. n. 17., havendo lezão na determinação dos louvados na sexta parte, Ord. Liv. 3. tit.

não Appellação, ou Aggravo, conforme a alçada do Juiz que o proferio: = e que se exceptuão da sobredita Regra, as Causas criminaes, em que tem lugar a Justiça, por excederem toda a estimação, e valor: e as causas sobre Jurisdicções, e Direitos Reaes, ou sobre armas, e penas dellas, porque nestes casos será recebida a Appellação de qualquer quantia, ou valor, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 6., e tit. 79. §. 6.

tit. 17. §. 6. E fazendo-se huma vez na primeira Instancia para o caso de Appellação senão póde tornar a fazer na segunda Instancia, Cab. cit. n. 16., e D. 17.

6.º

A avaliação ha de hir nos dias de apparecer, segundo expressa a Ord. Liv. 1. tit. 79. §. 23.

7.º

Recebida a Appellação, e avaliada a Causa, se passa a requerer o traslado dos Actos, o que se manda pelo Juiz, e executa pelo Tabellião, ou Escrivão da Causa, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 2. Isto não sendo na Corte, onde vão os proprios Actos, sem ficar traslado no Juizo de que se appella; prática esta deduzida da Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 5., e 6. Sendo porém interposta de Juiz Inferior para Superior, que não esteja na mesma terra, ou Termo, então se trasladão os Actos, e vão os proprios ao Juizo Superior, ficando no Inferior o traslado, para evitar as fraudes, e cavilações, que da remessa do traslado se seguião, e quiz acautelar o Alv. de 18. de Agosto de 1747., e Ass. 2. de 22. de Maio de 1783.

8.º

Trasladados os Actos de Appellação, se concertão estes perante as Partes, para verem se estão diminutos, ou accrescentados, Ord. Liv. 1. tit. 79. §. 27. (1).

9.º

(1) Os §§. 22, 23, 24, 25, 26, e 27. ensinão o mo-

9.º

Trasladada a Appellação, e concertada, segue-se a atempação, porque he necessario assignar-se certo tempo dentro do qual se ha de seguir a Appellação, a fim de apresentar o Feito na Superior Instancia: e se a assignação do tempo he a requerimento do Appellado, he necessario citar a mulher do Appellante, bem como a este, para o seu seguimento no tempo marcado, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 4.

CAPITULO VII.

Seguimento, e apresentação da Appellação.

Preparada a Appellação na Inferior instancia, concede a Lei ao Appellante seis mezes, contados do recebimento da Appellação, para dentro delles poder seguir, e apresentar a Appellação, na Superior instancia, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 3. (1).

Mas

do como deve ser feito o traslado dos Actos; e ahi se lhe ordena que os não serrem sem Procurações das mulheres, sendo casados os Appellantes; avaliação dos bens, sendo sobre bens de raiz; a conta, que o Contador fez tanto do proprio Feito como do traslado; a respeito do que se tratar por suspeições, só o que as Partes lhe requererem, e hum termo, que só mostre que a houve; a assignatura do Appellante; e não trasladando carta alguma porque se tirasse Inquirição, excepto se lhe for requerido pelas Partes, &c.

(1) Pelo Alv. de 20 de Outubro de 1636. se concedeo, por privilegio aos Inglezes, que as Appellações, que sahisses das Sentenças do seu Conservador, terminassem em quatro mezes.

Mas não se deve suppôr que o Appellante a seu arbitrio pôde esperar seis mezes para trasladar, e atempar, ou proseguir a sua Appellação, porque he só no caso do Appellado o não obrigar a isso; porque se este quizer, ou tiver interesse em proseguir o seu Direito, antes dos seis mezes, pôde requerer citação contra o Appellante, e sua mulher, sendo sobre bens de raiz; e apresentando neste caso Procuração do Appellado de sua mulher, se lhe assigna termo, para dentro d'elle apparecer com ella na instancia Superior, cujo termo se deve assignar segundo a distancia; com tanto que não exceedão trinta dias, segundo a Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 5, e 6, e tit. 70. §. 5.; e em virtude desta assignação de tempo he que passado elle, ou o que lhe concede a Lei, quando se não assigna, he que o Appellado tira dia de apparecer, a fim de se julgar a Appellação por Dezerta, e não seguida, Ord. Liv. 3. tit. 68. §. 3.

Nas Causas criminaes o termo que se costuma assignar, he o de 30 dias tambem, Ord. Liv. 5. tit. 124. §. fin. Porém pôde o Juiz abbreviar este termo, segundo a distancia do lugar, como fica dito.

Como a Appellação deve ser expedida para o Juizo Superior com a citação das Partes, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 4. se o Réo se ausenta, he citado por Edictos de oito dias, para o seguimento da Appellação, ainda que fosse citado no principio da Causa, Ass. de 13 de Novembro de 1647.

Para o seguimento da Appellação deve ser feita na propria pessoa a citação, salvo se estiver fóra da Comarca, e tiver Procurador sufficiente, §. 4. cit.

CAPITULO VIII.

Efeitos da Appellação, e sua força.

Recebida a Appellação pelo Juiz inferior, pôde este recebela em ambos os effeitos, ou em hum só; isto he, no Devolutivo, ou Suspensivo; porém he de notar, que esta deliberação do Juiz não he arbitraria, porque ha Causas em que deve receber a Appellação em ambos os effeitos, e outras em hum só; e pertencem para aquellas em regra todas as Causas ordinarias, que não soffrem demora; e para estas todas as summarias, que podem soffre-la, o que se conhece da natureza das mesmas Causas; porém especificaremos as que declararão as nossas Leis, se não recebem senão no effeito devolutivo, mandando nellas proseguir á sua execução. Taes são.

ARTIGO 1.º

As dos Resíduos, Ord. Liv. 1. tit. 62. §. 25., e tit. 73. §. 1. do Liv. 3.

2.º

As possessórias principalmente no Interdicto *unde vi*, Ord. Liv. 3. tit. 48. §. 3.

3.º

3.º

No caso de se appellar das Partilhas depois de julgadas, Ord. Liv. 4. tit. 96. §. 22.

4.º

Quando se appella da Sentença proferida sobre a assignação de dez dias, Ord. Liv. 3. tit. 25. §. 1., e tit. 73. §. 1.

5.º

Nas Causas de Deposito, Ord. Liv. 4. tit. 49. §. ult.

6.º

Nas Execuções da Sentença, Ord. Liv. 3. tit. 86. §. 3.

7.º

A Causa de seguros, Res. de 18 de Janeiro de 1796. (1).

F

He

(1) Além dos casos apontados, e declarados na Ord., e Leis, referem os Interpretes outros, que a prática tem adoptado. Taes são, por ex. = 1.º Quando o Juiz manda sequestrar alguns bens, e as Partes appellão desta Sentença Peg. 2.º for. Cap. 15. n. 50. = 2.º Na Causa de alimentos futuros, Cab. 1. P. D. 66. Mend. 1. P. lib. 3. Cap. 19. n. 9. = 3.º Na Causa de liquidação, Phæb. 1. p. D. 9. n. 5, e 6. Mend. 1. P. lib. 3. Cap. 19. n. 9., e Cap. 21. n. 6. = 4.º No Despejo de Casas, Phæb. 1. P. arest. 98., e 2. P. ar. 6. = 5.º Nas Causas de Dizimos, Marant. de Ord. Jud. 6. p. tit. de Appelat. n. 104. Themud. 1. P. D. 69. n. 4. = 6.º Na Causa de Dote, Surd. de Alim. tit. 8. priv. 60. n. 6. = 7.º Na Causa de salarios, Barbos. a Ord. Liv. 3. tit. 70. pr. E outros mais, que a praxe tem introduzido.

He por tanto a força do effeito suspensivo o fazer com que a Causa não corra na Inferior Instancia, e se não dê á execução a Sentença appellada, em quanto se não decidir a Appellação na Instancia Superior.

É a força do effeito devolutivo, que sempre ha na Appellação, e que he huma consequencia da mesma, consiste em differentes cousas; e a principal força, que se observa na interposição da Appellação, além do devolvimento do conhecimento da Causa do Juiz inferior, para o Superior, he não poder o Inferior innovar cousa alguma, pendente a Appellação; reputando-se como hum verdadeiro attentado, tudo o que se obrar no tempo de sua pendencia, na Inferior Instancia, porque pela Appellação fica suspensa, e como vacillante a Jurisdicção do Juiz; Ord. Liv. 3. tit. 73. pr. Exceptuão-se com tudo os casos em que se recebe a Appellação, sómente no effeito devolutivo: o caso de sequestro sobre a cousa letigiosa, ou seus fructos, se o Appellante os gastar, e dissipar, que a Requerimento da Parte o póde o Juiz mandar fazer, entregando-os a hum depositario capaz, Ord. Liv. 3. tit. 73. §. 2. e 3. e o caso da revogação da Sentença Interlocutoria, que segundo a Ord. Liv. 3. tit. 65. §. 4. a póde revogar o Juiz ainda mesmo depois de se ter della appellado.

Pendente a Appellação, se morrer cada huma das Partes, hão de ser tambem seus herdeiros habilitados, não se podendo proceder no Feito sem que se habilitem, para o que devem ser citados, a requerimento dos Interessados, Ord. Liv. 3. tit. 27. §. 2. e tit. 82. pr.

Em consequencia do recebimento da Appellação, além do sobredito se segue.

A R-

ARTIGO 1.º

Que apresentada ella na Superior instancia, se reduz a Causa ao estado em que estava ao tempo da Contestação da lide; e por consequencia o Juiz póde admittir todas as excepções, que entrão tinnão lugar, L. 13. Cod. de Procuratorib.

2.º

Que se pódem allegar, e provar todas as cousas, que se não allegarão, e provarão na inferior Instancia, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 28, e 29., e tit. 83. pr.; e assim poderá formar novas excepções, e artigos; com tanto que não sejam estranhos da primeira acção; produzir novos Instrumentos; dar Testemunhas sobre novos artigos; mas não sobre os antigos, Ord. tit. 83. §. 1, 2, 3., e Liv. 1. tit. 11. §. 2. tit. 15. pr., e tit. 86. §. 5. Phæb. 2. P. Ar. 92. Mend. P. 1. Cap. 19.

3.º

Que tendo-se Appellado póde o Juiz Superior prover tanto o Appellante como o Appellado, se achar que este foi aggravado; posto que não appellasse, por ser commun a ambas as Partes a Appellação, Ord. Liv. 3. tit. 72. O que não succede no Aggravo Ordinario, como fica notado.

4.º

Que o Juiz Superior póde confirmar, ou revogar a Sentença, ou em todo, ou em parte, se con-

tiver diferentes artigos, Ord. Liv. 3. tit. 68. pr., e §. Cujac. liv. 23. obs. Cap. 1.

5.º

E finalmente pôde o vencido ser condemnado nas custas de ambas as Instancias pelo Juiz Superior, Ord. Liv. 3. tit. 68. §. 1. O que não succede no Aggravo de Petição, ou Instrumento, em que o vencido costuma ser condemnado na Instancia inferior, como se dirá em seu lugar.

CAPITULO IX.

Casos admittidos pelas nossas Leis d Appellação.

TENDO-se mostrado que as nossas Leis não apon-tão distinctamente de que casos se pôde Appellar, por mandarem proceder de similhante a similhante, contentando-se com mostrar de que qualidade de Sentenças se podia Appellar; e apparecendo com tudo, no corpo de nossas Leis muitos casos, em que positivamente se manda, ou concede Appellar, parece de utilidade que se enumerem, e mostrem estes casos, e são.

1.º C A S O.

Quando huma Parte aggravada por Sentença Interlocutoria appellavel, requer ao Juiz que lha revogue, e elle a não quizer revogar, pôde a Parte appellar, Ord. Liv. 3. tit. 65. §. 5.

2.º

2.º

Da Absolvição de Instancia, por não dar fiança ás custas se pôde tambem appellar, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 6.

3.º

Das Sentenças proferidas sobre as excepções peremptorias de que falla o §. 15. da Ord. cit. se pôde igualmente appellar dito §. 15.; mas note-se, que he no caso de absolver o Réo, por ter provado a sua excepção; porque no caso de a não provar, compete sómente o recurso de Aggravo no Acto do Processo, como declara o §. cit.

4.º

Quando o Juiz conhece que a materia do Libello he improcedente, nem della pôde nascer acção para demandar o que pede, e com a resposta do Réo absolver a este, pôde a Parte contraria appellar desta absolvição, Ord. cit. §. 16. E tornando o Author a demandar o Réo pelo sobredito modo, e houver outra absolvição de Instancia, pôde tornar a appellar, §. 17.

5.º

Quando o Author segunda vez he absolvido da Instancia, por não offerecer com o Libello a Escriptura pública, que se requeria, tambem pôde appellar, §. 22.

6.º

6.º

Da Sentença condicional tambem se pôde appellar, como fica dito Ord. Liv. 3. tit. 77., e tit. 66. §. 4.

7.º

Da Execução da Sentença, quando o Executor excede o que lhe foi ordenado, e fizer o que não deve, se pôde igualmente appellar, Ord. Liv. 3. tit. 76. §. 1.

8.º

No caso de se julgarem nullos alguns Actos por falta de solemnidade, se pôde tambem appellar da Sentença que assim o julgou, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 36.

9.º

Da Sentença Definitiva interpretada, ou declarada, quando for duvidosa, pôde-se tambem appellar, Ord. Liv. 3. tit. 66. §. 6. (1).

10.º

Quando na Assignação de dez dias se não vem

(1) A Sentença Definitiva depois de publicada, não se pôde mais revogar, ou dar outra contraria nos mesmos Actos, aliás he nulla, salvo se a primeira fosse revogada por via de Embargos, Ord. Liv. 3. tit. 66. §. 6. E isto ainda mesmo as despachadas em conferencia Ass. do 1 de Março de 1783. Não estando porém ainda publicadas, e discordando no que nellas se vencêra, se devem emendar na conformidade do vencimento, Avis. de 7 de Janeiro de 1787.

vem com Embargos, ou se vem, não são de receber, se pôde appellar da Sentença que assim o julga, Ord. Liv. 3. tit. 25. §. 1.

11.º

Da Sentença proferida sobre as Partilhas de algum Inventario, ou ainda mesmo não o havendo, se pôde igualmente appellar, Ord. Liv. 4. tit. 96. §. 22.

12.º

Da Sentença proferida sobre força nova se pôde tambem appellar, Ord. Liv. 4. tit. 48. §. 3.

13.º

Dos Actos Extra-judiciaes, que em modo de Jurisdição fazem as Universidades, Villas, Conselhos, Collegios, Confrarias, e outras, se dá a mesma Appellação, Ord. Liv. 3. tit. 78. pr.

14.º

Das Transacções feitas sobre alguma demanda, em prejuizo de terceiro, podendo este appellar, Ord. cit. §. 1.

15.º

Das comminações sobre ameaças, que cada hum requer para sua segurança, Ord. cit. §. 5.

16.º

Da avaliação, ou partição injusta feita por avaliação.

liadores escolhidos por alguma Cidade, ou Villa, ou a aprazimento das Partes, Ord. cit. §. 2.

17.º

Das Sentenças Criminaes, das quaes a todo o tempo se pôde appellar, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 6.

18.º

Da Sentença proferida sobre refórma d'Actos julgados a final, se dá Appellação, ou Aggravo Ordinario; porque se estão ainda pendentes, então se aggrava por Petição, ou Instrumento, Assent. de 23 de Maio de 1758.

19.º

Da Sentença proferida na Causa possessoria, Peg. a Ord. p. 42. n. 86., e Ass. do Porto sem data, que refere o Indice Chronologico, citado a Peg. no dito lugar, P. 1. pag. 347.

20.º

Da mesma Sentença, que cabe na alçada do Julgador, quando he sobre Jurisdicções, Direitos Reaes, ou sobre armas, ou penas dellas, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 6. (1).

CA-

(1) O que se deve obrar a respeito da Appellação quando a Sentença por direito he nulla se descreve na Ord. Liv. 3. tit. 75. por todo elle.

CAPITULO X.

Casos excluidos pelas nossas Leis da Appellação.

Pela mesma razão que se apontão os casos da Appellação, que as nossas Leis especificão, se devem notar os casos, em que ellas a excluem, e são os seguintes: (1)

1.º C A S O.

Appellação não ha da condemnação das custas do retardamento, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 15, 24, 25, 33, 35, e 38.

2.º

Das absolvições de Instancia, no caso de não apparecer na Audiencia o Author, para que fez citar a outro, e este apparecer, Ord. Liv. 3. tit. 14. pr.

3.º

Do que o Juiz pronuncia sobre a excepção pretemporia, não sendo provada, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 15.

4.º

Da assignação de dilação para o Reino, Ord. cit. §. 5.

G

5.º

(1) N. B. Que posto nos casos que se passam a enumerar se lhe negue o remedio da Appellação, com tudo se lhe applicão outros, como se verá em seus competentes lugares.

5.º

Das pronunciações sobre excepções dilatorias, Ord. cit. §. 9.

6.º

Da Sentença, que julga o Libello bem recebido, posto que a Parte arrazouasse contra elle, Ord. cit. §. 16.

7.º

Da absolvição de Instancia por não vir o Author com o Libello ao termo que lhe foi assignado, Ord. cit. §. 18.

8.º

Da primeira absolvição de Instancia, por não offerecer com o Libello Escriptura pública, sendo ali necessaria, Ord. cit. §. 22.

9.º

Do Mandado Interlocutorio ácerca de ordenar o Processo, Ord. cit. §. 46.

10.º

Do lançamento da contrariedade por não offerecer com ella Escriptura pública, sendo ali necessaria, Ord. cit. §. 23.

11.º

Da remessa dos Clerigos para o seu Vigario tambem não ha Appellação, Ord. Liv. 2. tit. 1. §. 23.

12.º

12.º

Dos Aggravos do Juiz, por não fazer sequestro nos bens, quando os herdeiros embaraçam as Partilhas, se não pôde tambem appellar, Ord. Liv. 4. tit. 96. §. 13.

13.º

Dos Actos Extra-judiciaes, de que fallão os §. 3, e 4. da Ord. Liv. 3. tit. 78.

14.º

Das Informações Extra-judiciaes, Lei de 18 de Agosto de 1750.

15.º

Das Sentenças proferidas em Relação sobre crimes capitaes, em que só compete o recurso de Embargos, Lei de 25 de Junho de 1760.

16.º

Da quantia, que cabe na alçada do Julgador, Ord. Liv. 3. tit. 79. excepto os casos do §. 6. tit. 70. já notados (1).

G ii

CA-

(1) Note-se, que muitas vezes os Soberanos mandão conhecer de varios casos preñibindo a Appellação, ou Aggravos, para que aquelles se decidão com maior brevidade, para o que nos pôde servir de exemplo o Alv. de 15 de Setembro de 1766. pelo qual se criou humia Junta no Reino do Algarve de Ministros delle, para nella se conhecer sem Appellação nem Aggravos das Causas dos foros, juro, e censos estabelecidos contra a forma do Alv. de 23 de Maio de 1693.; pela simples inspecção das respectivas Escripturas, o que se confirmou, e ampliou pelo Alv. de 16 de Janeiro de 1771. especialmente no §. 13.

CAPITULO XI.

Pessoas que podem appellar.

Não he sómente concedido pelas nossas Leis o remedio da Appellação aos litigantes, mas geralmente a todos os que de algum modo forem aggravados pela Sentença do Juiz, Ord. Liv. 3. tit. 81. pr.; com tanto que não renuncie a Appellação, ou não consinta na Sentença, de que disser se acha aggravado, Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 4., e tit. 70. pr., e tit. 79., e tit. 80. §. 2. Do que se segue, que podem appellar.

1.º ARTIGO.

Todos os consortes da lide, ou cada hum de per si, pois a Appellação de hum aproveita a todos os condemnados, ou aggravados em huma Sentença, Ord. Liv. 3. tit. 80. Lei 2. Cod. *Si unius explur. appel.*

2.º

Os Procuradores, que tiverem nova Procuração, para seguirem a Causa na Instancia Superior, Ord. Liv. 3. tit. 27. pr.

3.º

Os herdeiros, e legatários da Sentença proferida contra o herdeiro escrito, Ord. Liv. 3. tit. 81. pr.

4.º

4.º

O Fiador, ou Vendedor, sendo condemnado o Devedor, ou Comprador, Ord. cit. §. 1, e 2.

5.º

O terceiro, em cuja fraude foi feita entre outros alguma Transacção sobre cousa demandada, e questionada em Juizo, Ord. Liv. 3. tit. 78. §. 1., e tit. 81.

6.º

Ainda mesmo os parentes, e estranhos nas Causas crimes em que a Appellação sempre tem lugar, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 6. Liv. 5. tit. 122., e L. 6. ff. *de Appellat.* á excepção dos casos já exceptuados, devendo os Juizes *ex officio*, appellar por parte da Justiça, nos não exceptuados, quando as Partes não appellarem.

CAPITULO XII.

Pessoas que não podem appellar.

Assim como não he licito appellar em todos os casos, tambem o não he a muitas pessoas, a pezar de serem aggravados por Sentença appellavel. Taes são:

1.º

I.º A R T I G O.

O verdadeiro revel não pôde appellar, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 3. (1).

2.º

O que consentio na Sentença, ou que fez algum Acto, que mostre ter nella consentido, Ord. cit. §. 2, e tit. 70. pr., e tit. 80. §. 2.

3.º

O que he condemnado na quantia, que cabe na alçada do Julgador, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 2, e tit. 70. §. 6, que traz a excepção já apomada, sobre Jurisdicções, Direitos Reaes, e armas, ou penas dellas.

4.º

O que appella passados dez dias, depois da publicação da Sentença, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 1.

7.º

O que pede tempo para pagar aquillo em que he

(1) Verdadeiro revel para não ser admittido a appellar he aquelle, que nem por si, nem por seu Procurador appareceo em Juizo até se dar a Sentença Definitiva; e sendo citado para appellar, disse que não queria, nem determinava hir á Audiencia, ou se callou, ou disse que hiria, e em cada hum destes casos não foi, não havendo justa razão para que deixasse de hir a ella; ou se disse que ainda que o citassem não hia á Audiencia, e não foi, Ord. Liv. 3. tit. 79. §. 3.

he condemnado, porque se julga consentir na Sentença, Ord. Liv. 3. tit. 80. §. 2.

6.º

O que appella do Executor, que não excede o modo da Execução, Ord. Liv. 1. tit. 79. §. 5.

7.º

O que fez Transacção sobre cousa julgada, Ord. Liv. 3. tit. 78. §. 1. L. 4. §. 1. ff. de Pact.

CAPITULO XIII.

Direitos do Appellante.

Varios são os Direitos que goza o Appellante, e lhe resultão da concessão deste remedio, e estès são.

I.º A R T I G O.

O poder aggravar por Instrumento, ou pedir carta Testemunhavel, se lhe não he recebida a sua Appellação, Ord. Liv. 3. tit. 74. pr., e tit. 69. §. 7., e Liv. 1. tit. 58. §. 27.

2.º

Basta que hum appelle para aproveitar aos outros interessados, e herdeiros, Ord. Liv. 3. tit. 80. §. 1, e 2.

3.º

São-lhe concedidos dez dias para poder interpor a sua Appellação, Ord. Liv. 3. tit. 70 pr., e ainda depois não sendo sabedor da publicação da Sentença, §. 1, e tit. 69. §. 4.

4.º

Póde tirar Provisão de dispensa de lapso de tempo para poder appellar, sem embargo de ter passado o termo legitimo, e regular, §. 91. do Regulamento do Dez. do Paço.

5.º

Ainda no tempo de Férias póde appellar para não perder o seu direito, Ord. Liv. 3. tit. 18. §. 13.

6.º

Tem seis mezes para seguir, e apresentar a Appellação; e ainda passando estes, lhe concedem mais tres dias de Corte, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 3. tit. 68. §. 3, e 7. Excepto se o Appellado tira dia de apparecer; e neste mesmo caso, se lhe ha de assignar tempo competente, para o seguimento da Appellação, tit. 70. §. 4.

7.º

Para se julgar pelo appellado a Sentença por deserta contra o Appellante, he necessario que este seja citado, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 3.

8.º

8.º

Appellante não se suppõem aprovar nullidades, Ord. Liv. 3. tit. 75. §. 1.

9.º

Tem tambem o direito de requerer ao Juiz *a quo*, lhe mande trasladar sua Appellação, tit. 70. §. 2.

10.º

Póde nomear hum Louvado para a avaliação da Causa, Ord. cit. §. 11.

11.º

Ainda depois do Appellado ter Sentença, por se lhe julgar deserta a Appellação em virtude do dia de apparecer, se o Appellante vier com a Appellação, antes que se ausente o Appellado, do lugar onde a Corte estiver, ou de a ter passado pela Chancellaria, será admittida sua Appellação ao Appellante, Ord. Liv. 3. tit. 68. §. 7, e tit. 15. §. 3.

12.º

Tem finalmente direito o Appellante de renunciar a Appellação pagando as custas, e isto a todo o tempo antes que o Feito seja desembargado, Ord. Liv. 3. tit. 72. §. 1. Estes os principaes direitos do Appellante.

CAPITULO XIV.

Direitos do Appellado.

Postó que a Appellação tenha mais por fim o beneficiar o Appellante, que ao Appellado, como se colhe da Ord. Liv. 3. tit. 68. §. 7.º, e d'outros mais lugares, com tudo não deixa este de ter o gozo de seus direitos. Taes são:

1.º ARTIGO.

O de poder nomear Louvado, como o Appellante, para a avaliação da Causa, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. II.

2.º

A Appellação interposta pelo Appellante aproveita igualmente ao Appellado, por ser commun a ambas as Partes, Ord. Liv. 3. tit. 72.

3.º

Quando o Appellante não leva a Appellação, tem direito a fazer citallo, para se lhe assignar tempo para a apresentar, tirando dia de apparecer, tit. 70. §. 4.

4.º

Passado o tempo da Appellação, póde requerer a deserção della, tit. 68. §. 3, e 6.

5.º

5.º

Não vindo ao tempo assignado, pelo dia de apparecer, se espera tambem por elle os tres dias de Corte, sendo depois delles apregoado, tit. 68. §. 2.

6.º

Quando vir que o Appellante dissipa os fructos da cousa, sobre que pende a Appellação, póde requerer sequestro, e que se entreguem a hum homem fiel, e abonado, ou que sejam descriptos em cada hum anno, e postos em Inventario, para ver a boa arrecadação que delles se faz, Ord. Liv. 3. tit. 73. §. 2, e 3.

7.º

Tem finalmente o direito de ser desaggravado pelos Juizes Superiores, achando que foi mal appellado, tit. 72. Estes os principaes direitos de que goza o Appellado.

CAPITULO XV.

Deserção da Appellação.

Quando o Appellado tira dia de apparecer, e este passa, na fórma da Ord. tit. 70. §. 4.º, ou não o tirando passando os seis mezes, e mais tres dias de Corte, na fórma da Ord. Liv. 3. tit. 68. §. 3, 6, e 7. se julga a Appellação por de-

deserta, e não seguida; e isto por não apparecer o Appellante por si, ou seu Procurador, ou não mostrar que esteve legitimamente impedido.

Para se julgar a Appellação por deserta, e não seguida, he necessario primeiramente citar o Appellante, não sendo necessario citar a mulher para esta deserção, ainda que seja a Appellação sobre bens de raiz, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 3.; sendo com tudo esta necessaria para o seguimento da Appellação, §. 4. He necessario tambem que o Appellado faça certo aos Juizes Superiores por Instrumento público de dia de apparecer, ou Carta Testemunhavel do termo que se lhe assignou para a seguir: passados os tres dias de Corte, serão perguntados os Escrivães, e Distribuidores na Audiencia, se tem a dita Appellação; e não apparecendo se apregoa o Appellante, esperando ainda até outra Audiencia, na qual o tornarão a apregoar; e não apparecendo por si, ou seu Procurador, ou não mandando a Appellação, se julgará por deserta, e não seguida, e condemnarão o Appellante nas custas do dia de apparecer, e não será o Appellante recebido mais a seguir a Appellação, e mandarão que a Sentença de que foi appellado se cumpra, e dê á execução, sendo a Sentença Definitiva, ou que se proceda no Feito, e o determinem finalmente, sendo a Sentença Interlocutoria, §. 3, e 6. do tit. 68.

Deve porém fazer-se a differença, que se o Appellante depois de recebida a Appellação a não mandar trasladar, e não fizer atempar tempo ao Appellado, para que a vá seguir, o Juiz que deo a Sentença he que deve julgar a deserção; e se pelo contrario o Appellante a fez atempar entre elle, e o Appellado, posto que a não tire o Appellante dentro em seis mezes, neste caso póde o Appellado tirar

rar dia de apparecer, e o Juiz Superior julgar a deserção da Appellação, Ord. tit. 70. §. 3.; esperando-se com tudo os tres dias de Corte, tit. 68. §. 3.

Porém note-se, que o que se disse a respeito da deserção da Appellação, quando o Appellante a não prosegue, não tem lugar nos Feitos crimes, em que a Justça póde ter iugar; porque em taes casos, posto que o Appellante não prosiga a Appellação, o Juiz de que foi appellada a enviará á Corte, onde os Ouvidores dos Feitos crimes proveirão sobre a Appellação, sem que esperem por dia de apparecer, Ord. cit. §. 8.

CAPITULO XVI.

Provimto da Appellação.

A Presentados os proprios Actos com a Appellação na Instancia Superior, e depois de distribuidos, (o que se requer tanto nas Causas civis como nas crimes, na forma dos Assentos de 4 de Maio, e 3 de Novembro de 1735.) estando as Partes presentes por terem comparecido, ou seus Procuradores, se lhes dará vista dos Actos da Appellação, se a pedirem, arrazoando cada hum sua vez; e sendo vista pelos Desembargadores, ou Julgadores, darão provimento sobre ella, com a differença de que sendo sobre Sentença Interlocutoria, e achando que o Appellante foi aggravado na Instancia Inferior, assim o julgarão, continuando pelo Feito em diante, até o determinarem finalmente; salvo se o Appellante, e Appellado requererem que torne o Feito ao Juizo Inferior, porque então voltará, e se assignará termo competente, para se hir

seguir, Ord. Liv. 3. tit. 68. pr. E achando, que foi mal appellado: assim o julgador, e condemnará o Appellante nas custas, assignando termo ás Partes para virem seguir o Feito no Juizo de que se appellou, para o determinar este finalmente; salvo se o Appellado quizer antes que o Feito se continue a tratar no Juizo da Appellação, porque então não tornará mais ao Juizo Inferior, Ord. cit. §. 1. Isto porém he no caso de terem comparecido as Partes, ou seus Procuradores, e ser a Appellação sobre Sentença Interlocutoria; porém sepunhamos que em huma Appellação desta Sentença de que se está fallando apparece o Appellante, e não apparece o Appellado, nem seu Procurador na Superior Instancia? ou apparece o Appellado, e não o Appellante?

No primeiro caso, passado o termo da Appellação, e mais tres dias, se procede á revelia do Appellado, depois de apregoado na Audiencia; e achando os Julgadores que foi bem appellado, fica o Feito correndo no Juizo da Appellação, até o determinarem finalmente. E achando que foi bem appellado, o remetterá ao Juiz Inferior, para o determinar finalmente, Ord. cit. §. 2.

No segundo caso, fazendo certo o Appellado no Juizo Superior, por Instrumento de dia de apparecer, ou Carta Testemunhavel do termo que lhe foi assignado, passando mais tres dias de Corte, sendo apregoado o Appellante, e não apparecendo, se julga a Appellação por deserta, e não seguida, e condemnão o Appellante nas custas do dia de apparecer; e mandará ao Juiz de que se appellou, que proceda no Feito, e o determine finalmente. E mostrando-se que foi revel, não será admittido a proseguir a demanda, sendo Author, sem pagar ao Appellado as sobreditas custas, Ord. cit. §. 3.

Se

Se porém a Sentença de que se appellou era Definitiva, e as Partes comparecerem, ou seus Procuradores, procedem os Julgadores da Appellação, até o determinarem finalmente, como de direito acharem.

E no caso de apparecer o Appellante, e não o Appellado, esperando mais tres dias, depois de apregoado na Audiencia, se procede á sua revelia na Causa da Appellação, determinando-a os Juizes della, Ord. cit. §. 5.

E vindo o Appellado, e não o Appellante, fazendo aquelle certo aos Juizes da Appellação, pelo modo ponderado, do termo que lhe foi assignado, e passados os tres dias de Corte, perguntados os Escrivães, e Distribuidor se tem a dita Appellação, não se achando, se apregoa o revel, ficando esperado até á primeira Audiencia, em que novamente he apregoado; e não apparecendo finalmente por si, ou seu Procurador, se julga a Appellação por deserta, e não seguida, como fica dito, condemnando o Appellante nas custas do dia de apparecer, mandando-se que a Sentença de que se appellou, se cumpra, e dê á execução; e achando-se depois a Appellação em mão do Escrivão, ou Distribuidor, se julga a Sentença da deserção por nulla, ficando o que a tivesse na mão sujeito a todas as perdas, e damnos, perdendo além disso o officio, Ord. cit. §. 6.

Suppunhamos que o Appellante chega com a Appellação depois de se ter julgado por deserta, e não seguida, devemos fazer differença neste caso, a ser entre os moradores da Corte, ou onde está a Casa da Supplicação, ou do Porto, ou de ser de fóra destes lugares: no primeiro caso, não he admittido o Appellante depois da Sentença da deser-

ção

ção ter passado pela Chancellaria ; e no segundo caso , ainda que tenha passado pela Chancellaria se admite , com tanto que o Appellado esteja ainda nesse lugar , e pagando a este o Appellante as custas do dia de apparecer , Ord. cit. §. 7.

Não vindo porém o Appellante a tempo , e tendo motivos que allegar , para mostrar o seu impedimento , pôde ainda tirar Provisão de dispensa , na fôrma do §. 91. do Reg. do Desemb. do Paço.

Note-se sobre a materia precedente os artigos seguintes :

1.º ARTIGO.

Que os Actos de Appellação , vindo á Relação , posto que tenham defeito de solemnidades , se revalidão nos casos graves , Ord. Liv. 1. tit. 5. §. 12. ; o que não succede nos que na mesma Relação forão já sentenciados , Ass. de 20 de Março de 1606.

2.º

Na Appellação crime , achando o Juiz Superior que o inferior deixou de pronunciar algum Réo , havendo prova para isso , o pôde pronunciar , Ord. Liv. 1. tit. 11. §. 6. , e Ass. do 1. de Agosto de 1684. Deve com tudo correr o livramento no Juizo Inferior , onde se tirou a Devassa , Cab. 1. P. D. 14. n. 18. Peg. a Ord. Liv. 1. tit. 35. §. 8. C. 2. n. 5.

3.º

Se algum Desembargador a quem for distribuída a Appellação for de parecer que hajão de fazer alguma diligencia , primeiro a levarão á Relação , e com dois , ou tres votos , conforme for o valor da

da Causa , porão a Interlocutoria que lhe parecer , ora leve tenção a confirmar , ou a revogar a Sentença , Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 15. (1).

CAPITULO XVII.

De que Juizes não he licito appellar (2).

Posto que se estabelecesse como regra geral que de toda a Sentença Definitiva , ou que tenha força de Definitiva se podia appellar , com tudo devemos declarar , que he necessario sejam proferidas por Julgadores de que se possa appellar , pois que alguns ha , de quem , segundo as nossas Leis , não he licito appellar. Taes são :

I

1.º

(1) Sobre o vencimento dos votos dos Desembargadores , e intelligencia do §. 3. do tit. 6. cit. se veja o Assent. de 21 de Fevereiro de 1619. , e todo o tit. 6. do Liv. 1. ; e sobre o vencimento , e redução dos votos de condemnação crime , se vejam os Ass. do Porto de 29 de Abril de 1659. , e o de 18 de Julho de 1691. ; notando-se com tudo que o Assent. de 4 de Maio de 1680. declarou , que os Feitos dos Appellantes se devem vencer por dois votos conformes ; e que o Assent. de 20 de Dezembro de 1783. declarou , que as Sentenças que vem por Aggravo Ordinario á Relação , se confirmão por dois votos , sendo porém necessario tres para receber os Embargos , dirigidos á revogação das mesmas Sentenças. As formalidades , com que se devem sentenciar os Prezos , que vem em levás , e suas Appellações , o declara o Ass. de 19 de Junho de 1655.

(2) Quando tratarmos de que Juizes se pôde aggravar , se dirá ao mesmo tempo de que Juizes se pôde appellar , e para quem ; e por isso basta aqui notar (para terminar a materia de Appellações) de que Juizes se não pôde appellar.

1.º ARTIGO.

Os Desembargadores da Casa da Supplicação, de cujas Sentenças Definitivas se não admitte Appellação, nem Aggravo, por ser Tribunal Supremo de Justiça, admittindo-se só neste caso a revista, ou recurso extraordinario para o Principe, Ord. Liv. 3. tit. 95., cuja revista só se concede nos casos, e termos declarados nesta Ord., L. de 3 de Nov. de 1768., e Dec. de 5 de Nov. de 1799. (1).

2.º

Dos Desembargadores da Casa do Porto, excedendo a sua alçada não se pôde delles appellar, e sómente aggravar Ordinariamente, Ord. Liv. 3. tit. 84. pr.

3.º

Dos Corregedores da Corte, ou outros Desembargadores, que em lugar delles julguem os Feitos por Commissão, ou a quem seja dado esse privilegio, se não appella, mas aggrava Ordinariamente, Ord. cit. §. 2.

4.º

Do Conservador da Universidade, que vem para a Supplicação os seus aggravos Ordinarios, Lei de 26 de Nov. de 1582., §. 6. Estat. da Universidade,

(1) O mesmo se determina no Alv. de 10 de Maio de 1808. §. 1. publicado na Corte do Rio de Janeiro a respeito dos Desembargadores da Casa da Supplicação ali estabelecida, por este Alvará.

De Appellações; e Aggravos. 67

de, Liv. 2. tit. 27. §. 2, e 10. Exceptuão-se com tudo as Causas crimes; porque destas appella-se, e não se aggrava, Ord. Liv. 1. tit. 11, e tit. 37. §. 1, e tit. 14.

5.º

Do Conservador dos Inglezes, Alv. de 31 de Março de 1790.

6.º

Do Conservador dos Hespanhoes, Alv. de 15 de Setembro de 1802. E geralmente fallando de todos os Julgadores, a quem for concedido este privilegio, e as suas Cartas Avocatorias, Precatorias, &c. começarem pelo nome do Soberano, e tiverem o titulo de Desembargadores, se não appella, em Feito civil, e sómente aggrava Ordinariamente.

7.º

Do Juiz executor de mero facto, ou Direito, excepto se exceder o modo prescripto para a Execução, Ord. Liv. 3. tit. 76, e tit. 79. §. 5.

8.º

Daquelle a quem foi dada a faculdade de Julgar *appellatione remota*, L. 1. §. 4. ff. *a quib. appel. non licet*.

9.º

Dos Superintendentes dos Tabacos das Provincias nos Actos de tomadias, e apreensões, até a quantia de sincoenta mil réis, Alv. de 25 de Fevereiro de 1771., e 16 de Dezembro de 1774. §. 8, e Alv. de 27 de Julho de 1795.

I ii

10.º

Do Julgador, ou Ministro, que tira Informações extra-judiciaes, Alv. de 18 de Agosto de 1750.

CAPITULO XVIII.

Prática Summaria das Appellações.

PUBLICADA a Sentença appellavel, se a Parte a não quizer embargar dentro de dez dias, póde dentro delles appellar, ou aggravar Ordinariamente (1), conforme os Juizes, porque foi dada a Sentença; e isto o poderá fazer na presença do Juiz, ou Escrivão, quando não queira, ou não possa esperar pela Audiencia; e até por Petição, a que o Juiz defere, mandando-lhe escrever sua Appellação, e que a ratefique na forma costumada; para o que deve hir á Audiencia o Appellante, onde requer que a Parte contraria seja citada, para a louvação, atempação, e seguimento da Appellação.

Se o Appellante duvida que a sua Appellação seja recebida em ambos os effeitos, assim que appella pede vista para os apontar, a qual se lhe manda dar; e mostrando de direito, que a Appellação he receptivel, se manda dar vista á outra Parte; e sobre o que disserem, se o Juiz achar que a Appellação deve ser recebida em ambos os effeitos, o de-

declara na forma seguinte: *Recebo a Appellação interposta em ambos os effeitos, e mando que se expessa na forma do estylo; e se entender que não deve ser mais que em hum effeito, assim o declara com a mesma formalidade.*

Ao recebimento da Appellação deve preceder a avaliação da Causa, para se saber se ella cabe, ou não na alçada do Juiz, rendo-se já citado a Parte, e accusado a citação em Audiencia; feito o que, mandará o Juiz que se louvem as Partes, ou seus Procuradores, não havendo Avaliadores do público, costumando as Partes nomear os seus mesmos Advogados se estão ahi; e não estando, ou não os havendo, se podem louvar em os mesmos Escrivães do Auditorio. Quando as Partes se não louvarem, ou alguma não comparecer, se louvará o Juiz á sua revelia, em quem lhe parecer, e se dará juramento a estes Avaliadores por termo nos Actos, declarando depois a importancia em que estimão a Causa, para o que se lhe continuão os Actos com vista, sendo os Louvados Advogados do Auditorio, porque sendo officiaes do mesmo não se lhe continúa vista; mas no seu Escritorio, ou do Escrivão se faz hum Acto de louvação nos mesmos Actos, no qual os Louvados dão as suas determinações vocalmente, e o Escrivão as escreve, que assignão os Louvados, e o Escrivão em fé.

Se os Louvados concordão, e pela estimação consta que a Causa excede a alçada do Julgador, despachará na forma acima declarada; e se cabe, porá o seguinte, ou similhante Despacho: *Não defiro a Appellação por caber a Causa na minha alçada: o Escrivão passe Sentença, quando a Parte lha requeira.*

Se os Louvados discordão, nomeia o Juiz hum Ter-

(1) A prática que se vai a expôr a respeito das Appellações, e que he deduzida das Leis até aqui citadas, he a mesma que se deve observar a respeito dos Aggravos Ordinarios, observando com tudo as differenças, e particularidades apontadas no Cap. 2, e 3. da 2.ª P.

Terceiro, que he obrigado a conformar-se com hum dos dois, dando-se-lhe o mesmo juramento que se deo a cada hum dos outros.

Trasladados os Actos, e concertados por outro Escrivão, ou Tabellião, na forma já ponderada, vão os proprios para o Juizo da Appellação, ficando no Appellado o Traslado. Para o seguimento da Appellação ha o tempo de seis mezes; mas pôde o Juiz limitallo a requerimento do Appellado, que para este effeito pede em Audiencia se lhe mande assignar dia de apparecer, para dentro d'elle apresentar o Appellante sua Appellação, na Superior Instancia; ao que o Juiz detere, assignando-lhe o termo do estylo, que se regula pela distancia em que fica o lugar á Relação competente; e com hum Cerridão deste dia de apparecer, pôde requerer na Instancia Superior a deserção da Appellação, não a apresentando lá o Appellante no termo prescripto.

Se porém o Appellado não pedir dia de apparecer, espera-se que acabe o tempo da Lei; e findo este, requer que o Appellante seja citado para dizer a duvida que tem a julgar-se a Appellação por deserta, e não seguida, ao que o Juiz Inferior defere se o Appellante não fez trasladar, nem atempar a Appellação no tempo da Lei: se porém o Appellante tiver procedido a estas formalidades, e não apparecer, ou seu Procurador, nem allega razões sufficientes, que tivesse para a deixar de seguir, o Juiz Superior a julga por deserta, e não seguida, mandando ao Vencedor tirar sua Sentença para poder cuidar na sua execução, sendo a Appellação de Sentença Definitiva, ou mandando continuar nos termos da Causa, tendo sido interposta de Sentença Interlocutoria.

Se

Se porém o Appellante allega causa justa como pobreza, doença, ou outro qualquer impedimento juridico, o Juiz lhe recebe, e julga provados os seus Embargos, assignando-lhe outro termo para poder dentro d'elle seguir sua Appellação; o qual ainda que se não prorogue, não pôde o Juiz julgar a Appellação por deserta, sem primeiro mandar citar ao Appellante, e o ouvir, como fica dito, pois pôde haver caso, em que se lhe conceda terceiro termo, ainda que succeda poucas vezes.

Subindo a Appellação á Instancia Superior, se apresenta ao Distribuidor, feito o que, vai a Parte a casa do Escrivão respectivo preparalla com as competentes assignaturas: este a faz conclusa ao Juiz Relator a que foi distribuida, que a despacha mandando dar vista ás Partes, sendo o Appellante o primeiro a dizer, e depois o Appellado; e com o que estés dizem se faz conclusa para se decidir a final a Appellação.

Como no Juizo da Appellação se podem formar artigos de nova razão, e repreguntar Testemunhas havendo legitima causa, como se forão perguntadas nullamente na Inferior Instancia: se os Réos estavam ausentes no tempo da dilação: senão se tirarão algumas, ou por via de restituição, se o Appellante tiver destes artigos a formar, pede na sua allegação licença para os deduzir; e quando o Feito vai concluso, se os Juizes da Appellação achão que a sua materia he relevante, antes de proferirem Sentença final, sahem com a Interlocutoria concedendo as licenças pedidas, e mandando que as reduza a artigos, para o que vai o Feito ao Advogado, e depois de formados se recebem para a Parte os contrariar; depois do que se assignão dez dias de dilação, ou mais, sendo a inquirição para fóra; de-

depois se dá vista ás Partes para dizerem sobre as provas ; e feito isto se fazem conclusos os Actos para se julgar finalmente todo o principal da Causa.

Nas Appellações das Causas criminaes, em que se a Parte não appella, deve o Juiz appellar *ex officio*, nos casos não exceptuados ; e deve notar-se mais, que se alguma das Partes não poder ser citada para o seguimento da Appellação, se cita por Edictos de oito dias, ou de outro qualquer termo, conforme o estylo do lugar, os quaes se accusão, e se lhe assigna de mais huma Audiencia, que se deve prorogar, quando a Parte for menor.

Posto que para a imposição da pena capital a minoridade não passe de vinte annos, sempre se deve observar com o menor de vinte sinco annos, as formalidades que o Direito prescreve a respeito delles ; não só pelo que respeita á prorrogação dos Termos, mas á nomeação do Curador para o defender, assim como se lhe deve nomear novo Curador, quando a Appellação se lhe expedir para Instancia Superior.

Se a Sentença condemnou o culpado em pena pecuniaria, se passa o mandado para a pagar ; e não a satisfazendo logo, he mettido na cadeia, bem como quando he condemnado em degredo para lugar certo, passando de seis annos. Se porém he para fóra de Villa e termo, se solta o culpado, estando prezo.

O Termo da Appellação nas Causas criminaes he o de trinta dias, podendo com tudo o Juiz abreviar este Termo.

Tambem nestas Causas não tem lugar o dia de apparecer para se julgar a Appellação por deserta, excepto nos casos em que a justiça não tem lugar.

TER-

TERCEIRA PARTE.

Direito, e Prática dos Aggravos chamados de Petição, ou Instrumento, e no Acto do Processo.

CAPITULO I.

Dos casos, em que as nossas Leis concedem o Aggravo de Petição, ou Instrumento.

1.º CASO.

DO recebimento da Appellação, ou esta se interponha da Sentença Interlocutoria, ou Definitiva, ha Aggravo de Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 4. ; e o mesmo caso de Aggravo ha da denegação della, Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 27., e Liv. 3. tit. 74. pr. (1).

K

2.º

(1) N. B. Que quando o Aggravo he do recebimento da Appellação, só podem delle conhecer os Desembargadores dos Aggravos da Relação do districto, e não algum outro Julgador, sendo em materia Civil, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 4., e tit. 58. §. 27. E pelo contrario os Corregedores das Camar-

2.º

Quando algum cita a outro para comparecer em Juízo em certo termo, e o que o fez citar não apparecer por si, ou seu Procurador, nem puzer Libello em Juízo, ou Petição por escripto, pôde o citado pedir absolvição de Instancia, e citação, o que o Juiz fará até a terceira vez; e destas absolvições de Instancia ha sómente Aggravo de Petição, e Instrumento, Ord. Liv. 3. tit. 14. pr., e Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 18.

3.º

Do Juiz suspender os Officiaes até a mercê d'El-Rei, por não fazerem a penhora dentro dos sinco dias, ou de os não suspender, requerendo-lho a Parte, ha o mesmo Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 86. §. 20. (1).

4.º

Dos despachos sobre excepções d'ordens, e immunidades da Igreja, se pôde Aggravar por Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 5. tit. 124. §. 3.

5.º

cas podem conhecer dos Aggravos, que se interpozerem dos Juizes não receberem a Appellação, dito §. 27. No 1.º caso tambem se pôde agravar no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 8., e tit. 84. §. 11. Veja-se a pag. 22. a differença 10.ª, e 3.º caso do Aggravo do Acto do Processo.

(1) N. B. que os Officiaes assim suspensos não servem os seus officios, em quanto se não acaba de determinar finalmente a questão, Ord. Liv. 1. tit. 100. §. 1., e Liv. 3. tit. 86. §. 20. Mas que quando o Julgador suspende os Officiaes por outra qualquer culpa, ou erros, que diga commettêrão, he este caso de Appellação, por se reputar Sentença Definitiva, Phæb. 2. P. arêst. 110.

5.º

Do não recebimento dos Embargos sobre a posse de Jurisdicções, e Direitos Reaes, ha Aggravo para o Juiz dos Feitos da Corôa, Ord. Liv. 1. tit. 9. §. 2.

6.º

Quando o Juiz Secular se dá por inebido, pelas inhibitorias do Juizo Ecclesiastico, tambem he caso de Aggravo para o Juizo da Corôa, Ord. Liv. 1. tit. 9. §. 11. (1).

7.º

Tambem he caso de Aggravo para o Juizo da Corôa, (o que vulgarmente se chama Recurso) quando o Juiz Ecclesiastico faz violencia, e força a alguem, ou usurpa a Jurisdicção Real, Ord. Liv. 1. tit. 9. §. 12. (2).

K ii

8.º

(1) Para se impetrarem inhibitorias, e se publicarem he necessario observar o que dispõem a Ord. Liv. 2. tit. 14. pr. debaixo das penas ali declaradas.

(2) N. B. Que além deste remedio para obstar aos procedimentos abusivos do Juizo Ecclesiastico, derão os nossos Sôberanos outros muitos, que se podem ver na Collecção á Ord. neste §. 12., e taes como o Decreto de 16 de Dezembro de 1675. para responderem os Ecclesiasticos sobre os recursos. O Decreto de 4 de Outubro de 1686., que prohibe por suspeições nos Recursos para a Corôa. Dois Decretos de 10 de Março de 1764. sobre Censuras, e Excommunições proferidas contra Magistrados, declarando-se por nullas, de nenhum effeito, e abusivas, como tambem declara a Provis. do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1765. Não tem com tudo lugar o dito Recurso, sobre os procedimentos de Regulares *intra claustra*, como declara o Decret. de 9 de Outubro de 1651., e 9 de Maio de 1654.

8.º

Quando se não observa, e guarda a alguma pessoa algum privilegio, e he forçado a fazer aquillo de que era isento, ha Aggravo para a Relação, ou para a Corôa, conforme os casos da Ord. Liv. 1. tit. 9. §. 9., isto he, sendo sobre Jugadas, ou Direitos Reaes, pertence o seu conhecimento ao Juizo da Corôa, e fóra destes casos pertence aos Desembargadores dos Aggravos.

9.º

Quando ha erro de contas das custas, e salarios, que se contão, ha Aggravo para o Juiz da Chancellaria, ainda sendo entre pessoas de Terras das Ordens, e Mestrados, Ord. Liv. 1. tit. 14. §. 2, e 4, e Assent. de 25 de Agosto de 1536. donde foi deduzida esta Ord. (1).

10.º

Do que o Juiz da Chancellaria determinar sobre os erros das contas, podem as Partes aggravar por Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 1. tit. 14. §. 4.

11.º

(1) N. B. Que dos Embargos da Chancellaria sobre erros de contas, devem conhecer os Juizes que derão a Sentença, se dependerem de declaração, alias devem reputar-se livres, Ass. de 23 de Fevereiro de 1634. = E que o Alv. de 18 de Outubro de 1752. prohibe suspender-se a Execução das Sentenças por erros de custas, cujo conhecimento só deve ter lugar depois da Execução do principal.

11.º

Quando o Juiz, a requerimento de alguma das Partes, manda fazer as contas por outra pessoa que não seja o proprio Contador do Juizo, taxa-se-lhe o salario, e desta taxaçaõ não cabendo a Causa na alçada, póde o Contador, ou as Partes aggravar por Petição, na Casa da Supplicação, e na do Porto para a Meza Grande, e dos outros Julgadores por Instrumento, para os Desembargadores dos Aggravos, Ord. Liv. 1. tit. 91. §. 1. Vers. *E não cabendo.*

12.º

Quando se fazem as Posturas das Camaras, e não são concordes todos os votos, se os que forem de menos número, por sentirem que o seu parecer he melhor, quizerem aggravar, poderão fazello á sua propria custa para a Relação do districto, Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 29. (1).

13.º

Das Sentenças Definitivas proferidas em Camara, nos casos que lhe toca julgar, sem Appellação nem

(1) No anno de 1779. sendo vencidos em votos dois Vereadores do Senado de Coimbra, sobre a fôrma da Eleição dos Almotaçéis da mesma Cidade, aggravárão para a Relação do Porto; e não lhe sendo admittido o Aggravo, senão para a Meza do Desembargo do Paço, disto mesmo aggravárão, e forão providos na dita Relação, quanto ao pertencer-lhe o conhecimento do Aggravo, por Acordão de 21 de Maio do dito anno.

nem Aggravo (1), podem os que se sentirem aggravados fazer simples Petição a Meza do Desembargo do Paço, o qual os proverá, como bem lhe parecer, Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 28.

14.º

Quando alguém se quizer escusar de servir os officios de Vereadores, e os mais da Governança, que tem sido nomeados para os servirem em Pautas pela Meza do Desembargo do Paço, tem lugar o Aggravo para a mesma Meza, Ord. Liv. tit. 3. §. 14.

15.º

Quando as Universidades, Villas, Collegios, Conselhos, Confrarias, e outras similhante Corporações fazem juntamente alguns Actos extra-judiciaes, em modo de Jurisdicção, os quaes por sua determinação fazem fim, segundo as ordens, e privilegios, que pelos Senhores Reis lhes são dados, ou confirmados, não se póde delles appellar; mas poder-se-ha delles aggravar para a Meza do Desembargo do Paço, fazendo primeiramente requerimento aos Officiaes dessas Corporações, em que declarem o Aggravo, que lhes he feito; e requerendo a emenda, se elles lha não derem, poderão aggravar, cujo Instrumento devem apresentar na dita Meza dentro em trinta dias; e dos outros Actos, que não fazem fim por sua determinação, ha Appellação para o mesmo Desembargo do Paço, e Desembargadores para isso ordenados, Ord. Liv. 3. tit. 78. in pr.

16.º

16.º

Do procedimento do Almotacé mór ha tambem Aggravo de Petição para o Desembargo do Paço, Ord. Liv. 1. tit. 18. §. fin.

17.º

Quando no caso de incompetencia o Juiz recebe, ou regeita a excepção, ou se julga por competente, ou não, ha Aggravo de Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 9, e Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 9., ainda que a Causa caiba na alçada do Juiz.

18.º

Quando a dilação que se concede para fóra do Reino he grande, ou pequena, ou inteiramente se denega para o Reino, e fóra d'elle, ha Aggravo de Petição, ou Instrumento, não cabendo o caso na alçada do Juiz, Ord. Liv. 3. tit. 54. §. 12, e tit. 20. §. 5, e Liv. 1. tit. 6. §. 9.

19.º

Da Interlocutoria, que contém nullidade notoria, ha tambem o mesmo Aggravo, ainda que a Causa caiba na alçada do Julgador, Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 25. Vers. Porém sendo.

20.º

Quando o Juiz absolve o Advogado das penas da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 45., póde a Parte aggrava-

(1) Estes casos referem-se na Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 23, 24, e 25.

gravar da absolvição, e os Desembargadores dos Aggravos lhe darão Provisão por Petição, sem embargo de ser Aggravo de Sentença final, dito §. 45. Vers. *E se o Juiz.* (1).

21.º

Quando os Juizes não mandão proceder a sequestro, todas as vezes que as Partes com dúvidas dilatão, e detem a partilha, ou fazem com que se não acabe dentro do anno, contado da morte do defunto; ou quando o dotado, que quer ser herdeiro move dúvidas sobre o trazer á collação o dote, em tal caso não ha Appellação, mas só Aggravo por Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 4. tit. 96. §. 13.

22.º

Quando o Juiz absolve o Réo da Instancia, porque o Author não offerece a Escriptura, que era necessaria para a prova, ou de que tinha feito menção no Libello, póde o Author aggravar por Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 22. (2).

23.º

(1) Pela Carta Regia de 16 de Maio de 1640. se manda cumprir exactamente o cit. §. 45., e proceder contra os Advogados, que não entregão os Feitos nos seus tempos; tudo para evitar as demoras nos mesmos.

(2) O Ass. 5. da Supplicação de 23 de Novembro de 1769. declarou, que as Escripturas articuladas no Libello, ou necessarias para sua prova, não sendo com elle offerecidas, podem juntar-se até que o Juiz, depois de arguida, e averiguada esta omissão do Author, absolva o Réo da Instancia.

23.º

Quando hum Terceiro vem a oppôr-se na Causa, e o Juiz não admite, he caso de Aggravo por Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 31. Vers. *E tratando-se.*

24.º

Quando os Juizes louvados para a suspeição julgarem que o Recusado he suspeito; as Partes que se sentirem aggravadas podem tirar Instrumento de Aggravo para o Corregedor da Comarca, que delle conhece, sem mais Appellação, nem Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 21. §. 8. Vers. *E Mandamos.*

25.º

Quando na Assignação de dez dias o Juiz não condemna o Réo, porque provou os seus Embargos, ou lhe recebe os Embargos, mas o condemna por lhe parecer os não provou, em ambos estes casos ha Aggravo de Petição, ou Instrumento para os Superiores, sem se sobrestar na Execução da Sentença, por causa do dito Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 25. §. 2. (1).

26.º

Quando injustamente se elege alguem para Recebedor das Sizas, ha Aggravo, que deve ser inter-

(1) Porém nem por isso o Aggravado poderá levantar o dinheiro da questão, sem dar fiança, Phæb. p. 2. Arest. 7. Peg. for. Cap. 1. n. 290.

terposto, e apresentado ao Contador da Fazenda, dentro dos dez dias depois da Eleição; o que he especial neste caso, Ord. Liv. 1. tit. 62. §. 78, e tit. 66. §. 49. (1).

27.º

Quando o Juiz manda prender o Executado, porque retarda a Execução com Embargos, e por sua causa se não acaba dentro dos tres mezes da Lei, não tem neste caso lugar a Appellação; mas pôde-se Aggravar por Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 3. tit. 86. §. 18. (2).

28.º

De todos os Termos, ou mandatos que hum Desembargador por si só determina em Audiencia, ou fóra della, assim em Feito civil, como crime, cuja Sentença final se ha de proferir em Relação, e de que não pôde haver Aggravado, dá-se neste caso o de Petição; ainda que aliás devesse ser no Acto do Processo, se a Interlocutoria fosse proferida por outro Julgador, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 8. (3).

29.º

(1) He excepção da Ord. Liv. 3. tit. 74. §. 5., que dá trinta dias para se apresentar.

(2) Esta disposição he especial para este caso, e não se nõde estender a outras capturas, como parece quiz dar a entender Leit. quest. 6.

(3) Excepção da regra geral, que nega similhantes recursos, quando a Causa cabe na alçada do Juiz de quem se aggrava. A este lugar pertencem tambem os Aggravos, que se tirão do Corregedor do crime da Corte, sobre condemnação de armas, cujo conhecimento pertence aos Desembargadores dos Aggravos, Ord. Liv. 1. tit. 7. §. 18, e tit. 9. §. 14. = Mas note-se que pela Extravagante de 4 de Outubro de 1649. se

29.º

Se os ditos Desembargadores, por tolherem ás Partes os recursos, e nos casos referidos não puzerem aquellas Interlocutorias por si só, mas mandarem fazer os Actos conclusos, e os despacharem em Relação, quando por si só o devião fazer, dá-se Aggravado de Petição, conforme a expressa determinação da Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 10.

30.º

Nas Interlocutorias proferidas pelos Corregedores da Corte nos Feitos civis, de que elles conhecem por acção nova, ou por outro Desembargador, a que se commette algum Feito, para que o desembargue por si só, quando por elles se não recebe a contrariedade, réplica, ou tréplica, dá-se o mesmo Aggravado, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 9. (1).

L ii

31.º

derrogou este §. 14. a respeito das armas de fogo de palmo e meio, fazendo privativo dos Corregedores do crime o conhecimento de Appellações, Aggravos, e penas das ditas armas.

(1) Veja-se sobre estes dois casos, ou §§. da Ord. do Liv. 1. tit. 6, 9, e 10. o Assento do Porto de 22 de Fevereiro de 1727. em que se assentou, que o Corregedor dos Feitos civis da Corte devia preparar todas as excepções por si só, e só a final as devia levar á Relação para se julgarem com Adjuntos; os quaes podião prover sobre os Aggravos no Acto do Processo, se se achassem interpostos do dito Corregedor, no preparatorio das ditas excepções na fórmula da Ord. Liv. 1. tit. 16. §. 1.: E que dos Acórdãos proferidos a final sobre as ditas excepções se admittiria Aggravado de Petição para a Meza dos Aggravos; não tendo neste caso lugar a Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 8, e 9, a qual só se praticaria no dito Juizo, quan-

31.º

Dá-se igualmente Aggravo de Petição, ou Instrumento de Ordenação não guardada, quer caiba o caso na alçada do Julgador, quer não, Ord. Liv. 1. tit. 5. §. 6., e Liv. 3. tit. 20. §. 46. (1).

32.º

to aos Aggravos de Petição, que se interpozesses dos Despachos Interlocutorios, que o dito Corregedor devia proferir por si só, nos casos em que coubessem os ditos Aggravos de Petição, na forma do §. 10. da Ord. cit. tit. 6., o que se observaria não levando á Relação Feito algum, sobre o que devia despachar por si só, que são todos os incidentes, em que não se sentença a final as ditas excepções dilatorias, ou peremptorias.

(1) Do §. 6. do tit. 5. se deduz a differença, que deve haver em hum, e outro caso; e vem a ser, que quando o despacho, que não guardou a Ord. versa sobre ponto, que aliás por sua qualidade era caso de Aggravo de Petição, ou Instrumento, e a Causa não cabe na alçada do Julgador, que proferio o tal despacho, então o Juiz, ou Juizes Superiores, que desse Aggravo podião conhecer, conhecerão também do caso da Ord. não guardada, observando o disposto no dito §. 6. Se porém o despacho versa sobre ponto, que aliás por sua qualidade não admite Aggravo, ou a Causa caiba na alçada do Julgador, ou por este ser Desembargador, então sempre ha Aggravo, pela razão da Ord. não guardada; e nestes casos conhece delie o Regedor com cinco Desembargadores no Districto da Casa da Supplicação, e na do Porto o Governador com outros tantos Desembargadores da mesma Casa.

Tendo por verdadeira, e genuina esta intelligencia, que parece ser a que se deduz da letra, e espirito do citado §., se refuta a opinião daquelles, que querem, que semelhante-mente em todo o caso possa conhecer o Regedor com cinco Desembargadores da Casa da Supplicação, e o Governador da Casa do Porto com outros tantos, porque a dita disposição limita-se aos casos especificados no dito §. Igualmente nos não devemos conformar com a opinião dos outros, que pretendem, que do dito caso da Ord. não guardada, não tem

32.º

Da concessão, ou denegação da Carta de seguro, que fazem os Julgadores, que por si só as podem mandar passar, póde cada huma das Partes aggravar por Petição, ou Instrumento, Lei da Reform. da Just. de 6 de Dezembro de 1612. §. 1, e 3.

33.º

lugar o Aggravo, quando a Causa cabe na alçada do Julgador, fundados no Arest. de Cabedo, por isso que he diametralmente opposto á disposição do dito §.; e isto porque não advertirão que o dito Aresto, ou Ass. da Relação era de 1600., e por isso anterior á Compilação Fillippina, e que por esta ficara sem força aquelle Aresto, quando a Ord. terminou que se desse Aggravo, no caso de se não guardar, ou observar alguma Lei, quer coubesse, quer não o caso na alçada do Julgador. Além de que os Assentos da Relação só vierão a ter força de Lei pela nova Compilação, ou Ord. Liv. 1. tit. 5. §. 5., e Lei de 18 de Agosto de 1769. §. 4.

Se a mesma disposição comprehende também as Interlocutorias proferidas por Acordão, he o que entrou em questão, seguindo a negativa Leit. na q. 6. n. 150. Cab. 1. P. Ar. 61. Cost. nos Estil. Anot. 4. n. 24. fundando a sua opinião na Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46. *¶* Porém, sem advertirem de que este verso falla do caso em que a Parte não aggravou da Interlocutoria dentro dos dez dias, e a deixou passar em Julgado até se pôr o Desembargo, que sendo Sentença Definitiva se lhe dava o remedio proprio de Appellação, cu Aggravo Ordinario, e ser futil a razão, e argumento de que se servem, dizendo, que a Lei denega estes recursos nos Acordãos, por confiar muito dos Juizes, e suppôr impossivel que não observem a Lei; pois que a Lei tanto não suppõe esta infalibilidade, que ainda em circumstancias mais apertadas facultou a Revista, e recurso á Pessoa do Soberano. Porém felizmente nós temos esta questão sabiamente resolvida pelo Novissimo Assento da Casa da Supplicação de 16 de Junho de 1812. que tomando por fundamento o que de tempo antiquissimo se praticava na dita Casa, e mais solidas razões, que

33.º

Quando os Réos se livrão seguros, vendo os Julgadores, antes de abertas, e publicadas as Inquirições, que he prova bastante para castigar os delinquentes, logo os manda prender, de cuja pronunciação podem aggravar os Prezos somente, dita Lei de 1612, §. 2.

34.º

Das Sentenças que julgão, ou não reformados os Actos, quando os proprios se perdêrão, ou queimárão, ha Aggravo de Petição, ou Instrumento se nestes Actos não havia ainda Sentença Definitiva; porque havendo-a compete o recurso de Appellação, ou Aggravo Ordinario, como declarou o Ass. de 23 de Maio

nelle se expõem, se assentou, e resolveo finalmente, que pôdia, e devia o Regedor conhecer por Aggravo de Ordenação não guardada das Sentenças que por sua natureza se não extrahem do Processo, proferidas por Acordão em qualquer das Mezas da Relação, sendo o Aggravo interposto em Petição assignada por Advogado da Casa, na fôrma da Ord. Liv. 1, tit. 6. §. 11., e Assento de 24 de Março de 1672, devendo conter a expressa declaração de não ter sido guardada a Lei, sendo allegada aos Julgadores, segundo a disposição expressa do mesmo Liv. 1. tit. 5. §. 4.; fazendo assim como humma excepção o caso da Ord. não guardada, da regra geral, adoptada como systema na Lei do Reino, de se não Aggravar do despacho dado por Acordão, pela maior, e mais consequente importancia do seu objecto; excepção esta expressamente decretada no mencionado §. 6. combinado com o quarto do mesmo tit. 5. do Liv. 1.; podendo-se os mesmos Acordãos, tomados sobre os Aggravos de Ord. não guardada, embargar, na fôrma do mencionado §. 6., fossem de confirmação, ou de revogação: imitando-se assim as deliberações dos Ass. de 22 de Fevereiro de 1727., e 9 de Março de 1738., em quanto concedem Aggravo ainda mesmo da determinação feita por Acordão.

Maio de 1758. tomado sobre a intelligencia da Ord. Liv. 1. tit. 24. §. 24.

35.º

Dos Acordãos proferidos a final sobre excepções, que tivesse preparado por si o Corregedor dos Feitos civis da Corte, se pôde Aggravar por Petição para a Meza dos Aggravos, como declara o Assento da Relação do Porto de 22 de Fevereiro de 1727. já notado no caso 30.º

36.º

Quando o Juiz procede *ex abrupto*, sem citação nem ordem de Juizo, principalmente na Causa possessoria, se dá tambem Aggravo de Petição, ou Instrumento (1), segundo declara hum Assento da Relação do Porto, que refere sem data o Indice Chronolog. P. 1. pag. 347. n. 16. citando a Peg. p. 42. n. 86.

Advertencia.

Posto que as nossas Leis expressem somente os sobreditos casos de Aggravo de Petição, ou Instrumento, com tudo como o uso, e prática tenha introduzido estes em outros casos semelhantes, apenarei os principaes, e que mais se achão em uso, e além de outros são:

1.º

(1) Excepto quando o Juiz tem julgado por Sentença Definitiva esses Actos a que ex-abrupto tem procedido, porque nesse caso compete Appellação, ou Aggravo Ordinario, segundo os principios estabelecidos.

1.º C A S O.

Da injusta pronúncia se póde Aggravar por Petição, ou Instrumento, do Juiz inferior para o Superior, Phæb. P. 1. Ar. 101. Mend. P. 2. Liv. 5. Cap. 1. §. 1. n. 7. Primeir. Linh. do Process. crim. not. 141. (1).

2.º

Da concessão, ou denegação da homenagem compete igualmente Aggravamento de Petição, ou Instrumento, Mend. P. 1. Liv. 5. Cap. 1. §. 1. Ap. 1. n. 17.; e assim como do Despacho, que julga a homenagem não quebrada, Phæb. 1. P. Arest. 142. Prim. Linh. do Process. crim. not. 184.

3.º

Do Despacho do Juiz, que decreta a prisão, com.

(1) Para ter lugar este Aggravamento he necessario, que o Réo esteja prezo, afiançado, ou seguro: e N. B., que este caso se acha authorizado pelo Assent. de 7, ou 9 de Março de 1758., em quanto declara, que das sustentações de Pronuncias feitas pelos Corregedores do crime, ainda mesmo por Acordão se póde Aggravar para a Relação, e que quando o Juiz não pronuncia, ou revoga a pronuncia, tem neste caso lugar a Appellação, arg. da Ord. Liv. 3. tit. 62. §. 1.: posto que na Corte a prática admitta ainda neste caso o Aggravamento de Petição. E quando o mesmo Juiz não pronuncia o Réo, que está prezo, ou repara o Aggravamento da pronuncia, deve appellar por parte da Justiça, sendo caso, em que esta tenha lugar, Cab. 1. P. arest. 56. Phæb. 1. P. arest. 160.; e not. 141. das Prim. Linh. já cit. onde se póde ver o mais, que pertence para este caso.

competete tambem Aggravamento de Petição, ou Instrumento, Phæb. 1. P. Ar. 101. Moraes de Execut. Liv. 1. Cap. 4. §. 2. n. 17. Prim. Linh. do Process. crim. not. 142.

4.º

Da denegação do Termo de *bene-vivendo*, ou segurança, que com elle alguém requer, compete do mesmo modo Aggravamento de Petição, ou Instrumento, Leit. de Grav. q. 1. n. 23. Prim. Linh. do Process. crim. not. 670.

5.º

Da falta de condemnação das custas do retardamento ha Aggravamento de Petição, ou Instrumento, por se não ter guardado a Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 37., e semelhantes, Mend. P. 2. Liv. 3. Cap. 2. n. 13. Quando da condemnação dellas ha Aggravamento no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 38.

6.º

Da deliberação do Juiz sobre os Embargos de falsidade como se deduz do Ass. do 1. de Abril de 1621.: pois determina, que os Corregedores do crime da Corte conheçam tambem dos Aggravos dos Juizes do Cível, quando conhecerem incidentalmente de alguma falsidade, ou outro crime.

CAPITULO II.

*Regras geraes applicaveis á materia dos Aggravos de Petição, ou Instrumento.*1.^a REGRA.

Regularmente não se dá Aggravo de Petição, ou Instrumento se não da Sentença Interlocutoria, que não tem força de Definitiva; porque sendo Definitiva, ou tendo força de Definitiva se dá Appellação, ou Aggravo Ordinario, Ord. Liv. 3. tit. 69. pr., e tit. 70. (1).

2.^a

Todo o Aggravo deve ser interposto no Juizo de

(1) A Sentença, ou he Definitiva, ou Interlocutoria. Definitiva a que decide a questão principal da Causa, e deve-se esta em condemnatoria, e absolutoria; aquella a que contém a condemnação do Réo, e esta a sua absolvição. A Interlocutoria he a que decide somente algum artigo incidente, ou emergente do Processo: esta se divide em simples, e mixta: aquella a que se não estende além dos limites do artigo sobre que he proferida, e esta a que prejudica á questão principal, e por isso se diz que tem força de Definitiva. Disse regularmente, porque ha Sentenças Interlocutorias com força de Definitivas, que a humas lhe applica a Lei o remedio de Appellação, e a outras o de Aggravo de Petição, ou Instrumento; porém esta materia fica já tratada no Cap. 5. P. 1.: e quaes sejam os casos, ou de que Sentenças se deva aggravar por Instrumento, ou Petição, se tratou no Cap. 1. P. 3.: e de quaes se aggrava no Acto do Processo se tratará no Cap. 7.

De Appellações, e Aggravos. 91

de que se aggrava, e na Audiencia; (salvo sendo de prezo) e não a havendo se póde aggravar em casa do Julgador, Assento de 9 de Abril de 1619. tomado sobre a intelligencia da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46., devendo-se ratificar então na primeira Audiencia, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 1. Liv. 1. tit. 80. §. 9.

3.^a

Para ter lugar toda a qualidade de Aggravo se deve interpôr dentro de dez dias, contados desde o dia do Despacho, ou hora em que foi publicado; estando a Parte, ou seu Procurador presente, e não estando, do tempo em que forão sabedores, Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 4. tit. 74. §. 5. tit. 84. pr., e tit. 70. pr., e §. 1. (1).

4.^a

Deve tambem declarar-se o Juiz para quem se aggrava, ou por termo nos Actos, ou por Petição; salvo se o Juiz *ad quem* he certo, aliás não tomão os Juizes Superiores conhecimento de tal Aggravo, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 5. tit. 58. §. 25., e Liv. 3. tit. 74. §. 1.

M ii

5.^a

(1) Quando o Aggravo he da injusta pronuncia, se contão os dez dias da apresentação da Carta de seguro, ou do Alvará de Fiança, Ass. do Port. de 29 de Agosto de 1690. E se o Réo está prezo, póde aggravar a todo o tempo, porque a prizão traz hum gravame continuo, e successivo, Scaci. de App. q. 12. n. 146. Cab. 1. P. D. 76. n. 3.

5.^a

O Aggravo de Petição deve apresentar-se no Juízo Superior dentro dos dez dias seguintes ao dia em que se aggravou, salvo se houver legítimo impedimento, que o Escrivão especificará, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46. Assento de 20 de Agosto de 1622. Dito de 25 de Agosto de 1701. Dito de 18 de Novembro de 1719. = E o Aggravo de Instrumento deve ser apresentado dentro em trinta dias, Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 7. tit. 74. §. 5., e tit. 78. in fin. pr. (1).

6.^a

Em regra para ter lugar o Aggravo, he necessario que a Causa caiba na alçada do Juiz *a quo*, Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 25. tit. 62. §. 34. tit. 65. §. 6, e 7. (2).

7.^a

(1) Nos Aggravos Ultramarinos não procede esta regra, porque nestes o Juiz *a quo* assigna hum termo competente, e conforme á distancia, Ord. Liv. 3. tit. 74. §. 5. in fin. = Quando qualquer aggrava por ter sido eleito Recebedor das sizas, não só deve ser interposto, mas apresentado ao Superior dentro de dez dias Ord. Liv. 1. tit. 62. §. 78. = E note-se, que os dois mezes de Férias chamadas das colheitas, e vindimas, não prejudicão ás Causas de Aggravo de Petição, ou Instrumento, porque correm com tudo neste espaço, ou seja de Causas civeis, ou criminaes, Ord. Liv. 3. tit. 18. §. 16.

(2) Exceptuão-se os casos de incompetencia, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 9.: os de nullidade notoria, Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 25.: Ordenação não guardada, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46, e Liv. 1. tit. 5. §. 6.; porque nestes casos, ainda que a Causa caiba na alçada do Julgador, se toma conhecimento destes Aggravos.

7.^a

O Aggravo de Petição só se dá dentro das sinco leguas do lugar onde estiver o Ministro para quem se aggrava, ou quando está no Termo; porque então posto que seja maior o espaço do que as sinco leguas, tem lugar este Aggravo, e então contra-se as leguas do ultimo lugar do Termo em direitura onde o Ministro para quem se aggrava estiver, Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 25. Sendo porém fóra das sinco leguas, se aggrava por Instrumento, Ord. cit. (1).

8.^a

O Julgador não póde denegar o Aggravo, e o Tabellião, ou Escrivão deve dar o Instrumento á Parte, que lho requerer, ainda que o Julgador lho vede, Ord. Liv. 1. tit. 80. §. 11., e 14., e Liv. 2. tit. 45. §. 27, e 28. (2).

9.^a

(1) Aqui se observa a differença principal que ha entre estes Aggravos, seguindo-se desta outra, que he o suspender o curso da Causa o Aggravo de Petição, e não o de Instrumento. = Os Corregedores da Corte nos Feitos crimes podem conhecer de quaesquer Aggravos, que a elle por Petição vierem de Feitos crimes d'ante quaesquer Julgadores, que de Causas crimes conhecerem no lugar onde a Corte estiver, e sinco leguas ao redor, Ord. Liv. 1. tit. 7. §. 16.: bem como os Juizes dos Feitos d'ElRei da Corôa, &c. como melhor se dirá quando tratarmos de que Juizes se póde aggravar = E note-se, que como este meio he introduzido em beneficio das Partes, podem ellas, se quizerem, aggravar por Instrumento ainda dentro das sinco leguas, Leit. q. 6. n. 29.

(2) Ao Juizo Superior he que toca ver se he caso de Aggravo, ou Appellação, Grat. Dilect. for. Cap. 41. n. 7. P. 2.

9.^a

O Juiz *a quo* deve dar resposta ao Aggravo dentro em dois dias, contados de momento a momento, para o que se lhe continuão os Actos com vista, e se a Parte quizer responder terá outro tanto tempo; e querendo o requerente replicar, e a outra Parte treplicar, ou o Juiz, pode-lo-hão fazer em hum dia cada hum, contados tambem de momento a momento, Ord. Liv. 1. tit. 80. §. 9. Liv. 3. tit. 74. pr., e §. 3.

10.^a

Para a remessa dos Actos de Aggravo para o Juizo Superior, se cita o Réo, ou seu Procurador sufficiente, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 9. Vers. *Isto sendo o Réo presente.*

11.^a

No Aggravo de Instrumento se trasladão os Actos, que o Aggravante apontar, bem como os que o Aggravado, e Juiz quizer que se juntem, Ord. Liv. 3. tit. 74. §. 3.

12.^a

Aggravo de Petição suspende o curso da Causa, porque vão os proprios Actos ao Superior, Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 25. (1). E pelo contrario o Aggra-

(1) Exceptua-se o caso da Ord. Liv. 3. tit. 25. §. 2., se o Aggravo se interporer na assignação de dez dias, depois da extrahida a Sentença do Processo.

gravo de Instrumento não suspende a execução, Ord. Liv. 3. tit. 74. §. 4. (1); pois ficão os proprios Actos no Juizo inferior, hindo para o Superior o traslado (2).

13.^a

Petições de Aggravo feitos á Relação devem ser assignadas pelos Advogados da casa, com o seu nome, e sobrenome; e sendo interpostos sem justiça, serão condemnados na pena da Lei, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 11. Ass. de 24 de Março de 1672, e 16 de Novembro de 1700., e Portar. do Regedor de 31 de Agosto de 1751.

14.^a

Os mandados, que passão os Escrivães para vi-rem os Aggravos, não fazem certeza de Juiz, nem de Escrivão, mas devem-se distribuir, Ass. de 11 de Maio de 1713.: e remettidos os Feitos por Acordão ás Instancias inferiores, quando voltão á Meza dos Aggravos, ficão na distribuição dos mesmos Escrivães (3).

15.^a

(1) Exceptua-se o caso da Ord. Liv. 3. tit. 86. §. 20. a respeito dos Aggravos de suspensão dos Officiaes, que não ser-vem seus officios sem se decidirem os Aggravos.

(2) Exceptua-se os Aggravos de Injusta Pronúncia, que vem para a Relação a propria Devassa, e não o Traslado, Phab. 2. P. Arest. 435. : = e os Aggravos sobre denegação de consentimento para casamentos de filhos-familias interpostos dos Corregedores, ou Provedores para as Relações, em que vão os proprios Actos, e não por Instrumento, Ass. de 10 de Junho de 1777.

(3) Sobre estas distribuições veja-se o Ass. de 7 de Janeiro de 1741.; e o Ass. de 26 de Março de 1811.

15.^a

Nos Aggravos que forem de dependencias de Sentenças Definitivas, ha de haver os mesmos votos que tiver havido nas mesmas Sentenças, Cart. Reg. de 24 de Julho de 1607.

16.^a

A respeito da condemnação das custas, deve-se fazer differença, ou o Superior toma conhecimento do Aggravo, ou não; no primeiro caso por via de regra toca a condemnação das custas ao Superior, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 13, e tit. 5. §. 7.; e no segundo caso, pertence ao Juiz inferior o condemnar o Aggravante nas custas, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46. Vers. *O qual Juiz.*

17.^a

He finalmente de observar outra regra, que se deduz da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46., relativamente á materia dos Aggravos, e he, que na Petição de Aggravo se deve declarar que o caso he delle, citando a Ordenação, que o faculta, e que de outro modo não deve ser recebida, nem mandar-se juntar aos Actos, segundo a expressa disposição do sobre-dito §. Vers. *E a Parte (1).*

CA-

(1) He de summa importancia o examinar aqui se esta regra he generica, e comprehende todos os casos de Aggravo de Petição, ou tão sómente alguns. Os que seguem que se não pôde agravar senão nos casos que a Lei declara, asseverão que a Ord. cit. impõem a impreterivel obrigação de citar

CAPITULO III.

Differenças que ha entre Aggravo de Petição, e Instrumento.

DAs regras estabelecidas no Cap. 2. desta 3. P. he facil de colligir as differenças que se observão entre o Aggravo de Petição, e Instrumento: entre tanto, para maior clareza, se annuncião as seguintes:

N

I.^a

a Ord. em toda a Petição de Aggravo; mas concordão em que esta disposição se não estende aos casos de Aggravo de Instrumento, porque a Lei os não contemplou, no que convenho, e de que me sirvo para corroborar a minha asserção feita em outro lugar, de que o Aggravo sempre se deve conceder pelo Juiz inferior, e que ao Superior toca ver, e decidir se he, ou não admissivel, com a declaração do caso da Ordenação cit. §. 46., que he quando se Aggrava por Petição de mandado Interlocutorio ácerca de ordenar o Processo, porque então não se allegando na Petição ser caso das contidas na Ord., e não a declarando, ~~he~~ não será recebida a Petição, nem se mandará juntar aos Actos; vindo por consequencia a ser este o unico caso em que a Ord. impõem a obrigação de declarar na Petição de Aggravo a Ord. que a faculta, contra a opinião dos que querem que em todo o Aggravo de Petição se verifique o mesmo, quando a disposição daquelle Vers. se restringe aos Aggravos de Petição interpostos de mandado Interlocutorio ácerca de ordenar o Processo; isto não só porque a Ord. falla com a precisa clareza limitando-se a este caso, e não se exprimeo geralmente; mas porque destes mandados, ou Sentenças Interlocutorias ácerca de ordenar o Processo se dá regularmente outro remedio pela mesma Ord., qual a do Aggravo no Acto do Processo, querendo com isto o Legislador obviar as tergiversações, e atten-

1.^a DIFFERENÇA.

Que o Aggravo de Petição só se dá dentro das cinco leguas, e o de Instrumento fóra dellas, Reg. 7.^a

2.^a

Que o Aggravo de Petição deve apresentar-se no Juizo Superior dentro em dez dias, e o de Instrumento em 30., Reg. 5.^a

3.^a

O Aggravo de Petição regularmente suspende o curso da Causa, e pelo contrario o de Instrumento, Reg. 12.^a

4.^a

No Aggravo de Petição vão os Actos ao Juizo Superior na forma em que se acharem, e no de Instrumento se trasladão, ficando no Juizo inferior os proprios, Reg. 11.^a

5.^a

Sendo o Aggravo de Petição ácerca de ordenar

der á brevidade das Causas, por isso que por meio do Aggravo de Petição se pára no curso da Causa, dando a entender, que como das Sentenças que tendem a ordenar o Processo se pôde em regra aggravar no Acto do Processo, quando se aggravar destas por Petição se declare nella se o caso he de Aggravo, e que Ord. o faculta; a fim de evitar que se interponhão taes Aggravos de casos que por sua natureza o não são, ou pertencem a outra classe.

nar o Processo, deve declarar-se na Petição ser o caso delle expresso, e não he assim do de Instrumento, Reg. 17.^a

6.^a

E finalmente em Aggravo de Petição não se pede vista para minutar, quando se pôde pedir no de Instrumento, &c.

CAPITULO IV.

Dos casos em que as nossas Leis excluem todas as especies de Aggravos.

1.^o C A S O.

Quando o caso cabe na alçada do Juiz se não pôde aggravar delle, como he expresso na Ord. Liv. 3. tit. 54. §. 12. no fim.

2.^o

Do mesmo modo se não pôde aggravar quando o Julgador assigna termo para chamar á Authoria, Ord. Liv. 3. tit. 45. §. 1.

3.^o

Da assignação da dilação primeira, e ordinaria não ha tambem Aggravo, e menos Appellação, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 5.

N ii

4.^o

4.º

O mesmo se diz da condemnação feita ao Procurador do Réo, que allegou contra o recebimento do Libello do Author, Ord. cit. §. 16.

5.º

Tambem da condemnação das custas do retardamento feita ao Advogado que não der o Feito ao termo que lhe for assignado, não ha Appellação nem Aggravo, Ord. cit. §. 45., e Cart. Reg. de 16 de Maio de 1640.

6.º

Aggravo interposto de se não dar vista de Provisão porque se manda tirar em nome de S. A. R. alguma Devassa, ou fazer diligencias em carta fechada, se não deve tomar conhecimento d'elle, Assento da Casa do Porto de 29 de Agosto de 1624.

7.º

Aggravo que se interpõem da denegação das vistas das ditas Provisões sobre alguns casos, de que as Partes se queixão, se não concede, Alv. de 6 de Fevereiro de 1649.

8.º

Aggravar se não póde de Informações extra-judiciaes, na fórma do Alv. de 18 de Agosto de 1750.

CA.

CAPITULO V.

Prática summaria dos Aggravos de Petição, ou Instrumenta.

Prática do Aggravo de Petição.

N O Aggravo de Petição, sendo este interposto para o Ministro, que esteja dentro das sinco leguas, no termo de dez dias, e declarando-se o Juiz para que se aggrava, tudo na fórma já exposta, o Juiz (que deve ser facil em mandar escrever os Aggravos) sendo-lhe intimado o Aggravo por Petição na Audiencia, ou por cota nos Actos, mandará se lhe escreva por termo, o qual o Escrivão continuará nos Actos, e o Aggravante assignará, e que na primeira Audiencia o ratifique, se o não houver logo como ratificado, para evitar demoras.

Se o Aggravo de Petição for para Tribunal, por estar este dentro das sinco leguas, se fará Petição de Aggravo, usando no titulo da palavra *Senhor*, declarando nella o nome do Ministro de quem se aggrava, e o do Aggravante; em que consiste o seu Aggravo, e razões legaes d'elle; e sendo ácerca de ordenar o Processu, a Ord. que o faculta; pedindo-se, que se junte esta aos Actos, a fim de desaggravar o Supplicante, com a Justiça do costume.

Esta Petição, que he formada pelo Advogado dos Actos, e assignada por hum, que tenha ao menos Portaria de Advogado da Casa, e dentro dos dez

dez dias, se leva á Relação na primeira Conferencia, onde por Acordão se manda juntar aos Actos, e se apresenta ao Escrivão dos mesmos, para continuar vista ao Juiz de quem se aggravou, para responder ao Aggravo, o que deve fazer em dois dias; e com a resposta deste, ou sem ella, se a não der, torna á Relação com os Actos para decidir sobre o merecimento do Aggravo, excepto sendo Juiz, que esteja em Relação, porque então não he necessario responder nos Actos.

Sendo porém interposto para Ministro Territorial, como Corregedor, Provedor, &c. então se não usa na Petição da palavra *Senhor*, allegando-se com tudo o sobredito, e que está dentro das cinco leguas, e requer dentro dos dez dias, pedindo-lhe mande passar Mandado para hirem os Actos no termo da Lei: o Ministro a despacha, mandando passar Mandado Avocatorio para os Actos hirem com a resposta do Juiz, ou sem ella, não a querendo dar, cujo Mandado se apresenta ao Escrivão dos Actos, e este sendo dentro de dez dias os continúa com vista ao Juiz para a dita resposta, de quem os cobrará no fim de dois dias; e esta apresentação do Mandado Avocatorio, ou Petição com o Acordão que a manda juntar aos Actos, faz suspender o curso da Causa até a decisão do Aggravo, porque os proprios Actos vão ao Juiz Superior, sem ficar traslado no Inferior; não podendo o Juiz proceder por falta de Actos, os quaes se devem apresentar na Instancia Superior dentro em dez dias, como fica notado, onde se decide do merecimento do Aggravo, dando provimento, ou denegando.

Prática do Aggravo de Instrumento.

No Aggravo de Instrumento, que se interpõem, no caso de estar fóra das cinco leguas o Juiz Superior para que se aggrava, se deve observar a mesma formalidade, que se disse devia acompanhar o Aggravo de Petição; e assim deve ser interposto dentro dos dez dias, e intimado ao Juiz por Petição na Audiencia, ou cota nos Actos, e ratificado na primeira Audiencia, quando se não interpõem nella, ou o Juiz o não ha logo como ratificado: feito o que se dá vista ao Aggravante para minutar, sobre o que responde também o Aggravado; e continuando-se vista ao Juiz, responde este ao Aggravo, tendo cada hum dois dias para as suas respostas; e o Juiz pôde mandar juntar os papeis, que lhe parecer, quando as Partes o não requerem, para justificar a legalidade do seu procedimento.

Se o Juiz entender, quando der a sua resposta, que o Aggravante tem razão no Aggravo que interpõem, pôde reparallo, despachando assim: *repara o Aggravo, e se proceda na fôrma do requerimento a folh.*, que he aquelle a que se não defirio, e deo occasião á queixa.

Se porém os fundamentos do Aggravo não desvanecem a Justiça do Despacho, se deve este sustentar de Direito, e com a brevidade possível; e depois das respostas se trasladão os papeis, que pertencem ao Aggravo, e se requerem se trasladem pelo Juiz, ou pelas Partes; e entregue o Instrumento á Parte, se procede nos termos dos Actos, por ficarem estes na inferior Instancia; por isso que este Aggravo regularmente não suspende a execução,

como fica dito, e só *per accidens*, em quanto estão embaraçados com o seu preparo; mas se o Aggravante tem provimento no Aggravo, tornão os mesmos Actos ao ponto em que estavam, quando se proferio o Despacho de que se aggravou; mas não se annulla o accrescimo mais que no caso de offender o que se determininou pelo Provimento.

Quando se não manda escrever ao Aggravante o seu Aggravo, ou se impede que tire o seu Instrumento, póde pedir carta Testemunhavel, na qual se deve declarar aquillo em que a Parte for aggravaada, o requerimento que fez ao Juiz, e resposta delle a negar o Aggravo, dando-se disto vista ao Juiz para responder, e ver se o concede, ou repara o Aggravo; e quando o Escrivão lha não expedir, póde pedir Certidão a outro qualquer Official, e com ella requerer ao Juiz Superior para lhe fazer a Justiça que pertende alcançar.

Tirado o Instrumento de Aggravo, se deve este apresentar na Instancia Superior dentro em trinta dias, excepto se a demora for causada pelo Escrivão, para o que terá cuidado o Aggravante de lhe pedir Certidão da diligencia.

Apresentando o Aggravo na Instancia Superior, se distribue, e'pondo-se-lhe a Apresentação logo se faz concluso ao Juiz, com o competente preparo, e ordinariamente se manda dar vista ás Partes, para o que devem juntar Procuração, aliás são lançadas, e com o que dizem se fazem os Actos conclusos para deferir a final, que achando que o Aggravante he aggravado, se desaggrava; e sendo mal interposto he o Aggravante condemnado nas custas em dobro como já se mostrou, proseguindo o Juiz *a quo* nos termos dos Actos como se não se tivesse aggravado.

C A.

CAPITULO VI.

Quando, e de que Sentenças se deve interpor o Aggravo no Acto do Processo.

O Aggravo no Acto do Processo, que faz a terceira especie delles, tem sómente lugar das Interlocutorias, que tendem a ordenar o Processo, e que não contiverem gravame irreparavel, como as que prescrevem tortura, e captura, e das que não forem Definitivas, ou tiverem a força destas; porque as de similhante qualidade tem o differente recurso de Appellação, ou Aggravo Ordinario, segundo a distincção já feita em outro lugar; vindo por tanto a ter lugar, e a recahir sómente esta especie de Aggravo no Acto do Processo, sobre aquellas Sentenças Interlocutorias, que tratão de ordenar o Processo (1); mas destas sómente as que pelas nossas Leis não estiverem sujeitas expressamente ao Aggravo de Petição, ou Instrumento, tendo por consequencia lugar em todos os mais casos, como se vê claramente da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 46. Vers. *E a Parte*, §. final. Vers. *E todos...* *Porem*, e Liv. 1. tit. 8. §. 2.

Pertencem á ordem do Processo as Sentenças Interlocutorias, que prejudicão ao negocio principal;

(1) Excepto se o Aggravo he de Ordenação não guardada, Ord. Liv. 1. tit. 5. §. 6. : = e se a Lei expressamente determina outro remedio, = ou se o despacho sendo sobre ordenar o Processo traz gravame irreparavel pela Definitiva.

pal; isto he, as que influem, e conduzem para a condemnação; ou absolvição da causa principal.

Tambem ha algumas Interlocutorias, que posto não tendão a ordenar o Processo, estão com tudo sujeitas a este Aggravo; e como isto se verifica naquelles casos, em que a nossa Ordenação claramente os faculta, por isso será util enumerar os casos, em que as nossas Leis dão este remedio.

C A P I T U L O VII.

Dos casos, em que as nossas Leis concedem o Aggravo no Acto do Processo.

1.º C A S O.

Pode-se aggravar no Acto do Processo primeiramente da pronunção sobre as excepções dilatorias, exceptuando as de incompetencia de Juizo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 9.; porque no caso de incompetencia de Juiz, ora se receba a excepção, ora não, ou se julgue por competente, ou não, poderão as Partes aggravar por Petição, ou Instrumento, posto que a Causa principal caiba na alçada do Juiz, Ord. cit. §. 9, e Liv. 1. tit. 6. §. 9. (1).

2.º

(1) Devemos entender esta Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 9. no ~~se~~ = ~~E do que sobre as ditas excepções pronunciar~~ = como entende Leit. q. 6. n. 10., e seguintes, de sorte que não comprehendamos indistinctamente todos os despachos; porque o caso de quando se julga por provada a excepção não pôde entrar nesta disposição, porque então o Aggravo no Acto do Processo seria inutil; mas por isso mesmo que si-

2.º

Da condemnação das custas do retardamento ha igualmente Aggravo no Acto do Processo, sem embargo de ser Interlocutoria, que contém gravame irreparavel, segundo a expressa determinação da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 38., pois achando-se na Instancia Superior, que nellas foi mal condemnado, poderá ser provido.

3.º

Da Interlocutoria, que admite Appellação, ainda que se possa dar Aggravo de Petição, ou Instrumento, (como se mostrou em seu lugar) se pôde tambem aggravar no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 8, e tit. 84. §. 11. (1).

O ii

4.º

milhante Interlocutoria tem força de Definitiva, e contém gravame irreparavel, deve ficar sujeita ao recurso de Appellação, ou Aggravo Ordinario, conforme a Ord. Liv. 3. tit. 69., pois quando a Lei quer comprehender geralmente todos os casos, faz delles clara individuação, e mesmo no caso sobre que se tomou o Assento de 22 de Fevereiro de 1727. pôde então competir o Aggravo de Petição, como nelle se declara, e já fica notado.

(1) N. B. Que he no caso de ser proferida a Interlocutoria no Juizo Inferior, sobre o recebimento da Appellação; porque do recebimento do Aggravo Ordinario falla a Ord. cit. §. 11, e Assento cit. no 4.º caso deste Aggravo; e posto que a Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 4, e tit. 58. §. 27, e Liv. 3. tit. 74. pr. dê neste caso Aggravo de Instrumento, com tudo não exclue o do Acto do Processo, antes o dá tambem, como bem se manifesta das palavras da Ord. Liv. 3. tit. 70. §. 8. E a outra parte contraria o podesse por Aggravo nos Actos, sem disso tirar Instrumento, cujas palavras vêm a conciliar aquelles lugares com este, que parece disporem contrario.

4.º

Do recebimento do Aggravo Ordinario da Casa do Porto para a Supplicação, ha tambem Aggravo no Acto do Processo; mas quando he dos mais Julgadores, que dão Aggravo Ordinario, então se aggrava por Petição, ou Instrumento, segundo a intelligencia, que o Assento de 14 de Fevereiro de 1606. deo ao cit. §. 11. do tit. 84. Liv. 3.

5.º

Da Interlocutoria, que julga não provada a excepção peremptoria, offercida por Embargos ao Processo, ha tão sómente Aggravo no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 15.

6.º

Da Interlocutoria, que assigna a dilação para o Reino, tambem se dá este Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 5. (1).

7.º

Da Interlocutoria, que não recebe a contrariedade, e lança o Réo della, dando lugar á prova, pelo fundamento de não ter o mesmo Réo offercido Escripura pública, quando a dita contrariedade

(1) Posto que a Ord. cit. não conceda claramente este Aggravo, devemos com tudo crer que o concede, visto que diz *sem Appellação, nem Aggravo* quando fica dito que este Aggravo sempre se dá, ainda quando se negão os outros casos, como diz Leit. q. 3. n. 41. junto com o 1.º

de se devia provar por ella, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 23. (1).

8.º

Da Interlocutoria, que regeita os artigos de nullidade, restituição, segundas provas, e outras semelhantes, se dá este Aggravo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 33.

9.º

Do recebimento de Embargos ha tambem Aggravo no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 33. in fin., e §. 9. (2).

10.º

Do Despacho, que não recebe os artigos de contradictras, só se aggrava no Acto do Processo, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 33.

11.º

Da pronuniação sobre attentado, quando este se oppõem por modo de excepção, e não principalmente, tem lugar o dito Aggravo, Leit. q. 5., e o n. 20. (3).

CA-

(1) Se pelo mesmo fundamento não recebe o Juiz o Libello, procede á absolvição de Instancia, então he caso de Aggravo de Petição, ou Instrumento, Ord. cit. §. 22. Veja-se a nota ao 22. caso destes Aggravos pag. 80.

(2) N. B. Que o Assento da Casa do Porto referido no Indice Chron. a pag. 347. n. 15. da primeira Parte, sem data, declarou, que o Aggravo do não recebimento de Embargos, se deve receber, ainda que a Causa caiba na alçada do Julgador, sendo de notoria nullidade, Peg. p. 42. n. 88.

(3) Leitão na quest. 5. a n. 20. faz varias distincções, porém neste caso se dá este Aggravo, fundado no §. 9. do tit. 20., huma vez que se opponha por modo de excepção.

CAPITULO VIII.

Advertencias, ou regras particulares do Aggravamento no Acto do Processo.

1.^a ADVERTENCIA.

E Ste Aggravamento deve tambem ser interposto dentro em dez dias depois da publicação da Interlocutoria, porque ainda que não tenhamos Lei que o declare a respeito deste especificamente, nenhuma outra cousa supõem, e quer dizer a Ord. Liv. 3. tit. 20. §. fin. Vers. *E isto quando a Parte, ou seu Procurador tiver aggravado no Acto do Processo em tempo devido*; cujo tempo vem a ser, o que declara para os outros a Ord. Liv. 3. tit. 84. pr.

2.^a

Este Aggravamento não requer intimação ao Juiz, e pôde-se interpôr de qualquer modo, por escripto nos Actos, pelo Advogado, ou pelo Escrivão a requerimento das Partes; pois basta que se ponha por cota nos Actos, mas pôde-se interpôr tambem por Petição, Leit. q. 5. n. 50.

3.^a

Quando os Actos sobem á Instancia Superior, por qualquer incidente que seja, deve o Superior tomar conhecimento destes Aggravamentos no Acto do

Pro-

De Appellações, e Aggravos. III.

Processo, e provêr primeiro sobre elles, e isto ou a Causa suba por Appellação, ou Aggravamento Ordinario, e ainda mesmo pelo de Petição, ou Instrumento; e neste ultimo devem os Advogados ter cuidado de pedir se traslade no Instrumento o que fizer a bem deste Aggravamento, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 28., e tit. 70. §. 8., Liv. 1. tit. 6. §. 8.

4.^a

Quando a Causa sobe á Relação por outro qualquer incidente, sem ser para decidir sobre a Definitiva, na forma da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. fin., então sempre expressamente se deve deferir ao Aggravamento no Acordão, que proferirem, sobre o incidente, dando-lhe, ou negando-lhe provimento, por se dever conhecer deste Aggravamento a primeira vez que os Actos subirem á Superior Instancia, Ord. cit.

5.^a

Quando se não interpõem o Aggravamento no Acto do Processo, ou o não interpõem em tempo legitimo, não pôde ser a Parte provida nelle, posto que ao Superior pareça que foi aggravada, Ord. Liv. 3. tit. 20. §. in fin. salvo se houver impedimento legitimo, Ord. Liv. 3. tit. 69. §. 8, e tit. 74. §. 5.

CAPITULO IX.

Differenças que ha entre este Aggravo , e o de Petição , ou Instrumento.

1.^a DIFFERENÇA.

Que aggravando-se no Acto do Processo , se não devolve logo o conhecimento para o Juiz Superior , como os de Petição , e Instrumento , Reg. 3.^a

2.^a

Que este Aggravo não tem termo fixo para se apresentar dentro d'elle na Instancia Superior , como tem tanto o de Petição , como o de Instrumento , como fica notado.

3.^a

Que este regularmente se dá sómente das Interlocutorias , que pertencem á ordem do Processo , e pelo contrario os outros.

4.^a

Que este Aggravo não requer intimação ao Juiz , como se exige nos outros , Reg. 1.^a

Ha além destas outras differenças , mas que se observão na prática deste Aggravo , que passamos a referir.

CAPITULO X.

Prática summaria do Aggravo no Acto do Processo.

Este Aggravo , que se interpõem quando não tem lugar o de Petição , ou Instrumento , sobre as Interlocutorias , que principalmente dizem respeito á ordem do Processo , e que as Partes devem tambem interpôr dentro em dez dias , e por cota nos Actos , mandando o Juiz tomar termo d'elle , quando lhe forem conclusos , não suspende o curso da Causa , nem se devolve o seu conhecimento para o Superior , senão no caso de hirem a elle por outro motivo ; porque só então se toma d'elle conhecimento , e em primeiro de tudo.

O modo de o interpôr , he bastante o dizer nos Actos , *que de tal Despacho Aggrava no Acto do Processo , e requer se lhe escreva.*

O Juiz , quando lhe vierem a primeira vez os Actos conclusos , despachará : *Escrepto o Aggravo , se prosiga nos termos dos Actos.*

Não he preciso ratificar-se , nem alguma outra formalidade das que se praticão nos outros Aggravos : podendo com tudo o Juiz reparar o Aggravo , quando lhe vão os Actos conclusos , ou a todo o tempo , antes de subirem á Instancia Superior.

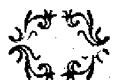
Levado o Feito ao Juizo , ou Tribunal Superior por Appellação , ou Aggravo de outra qualidade , levando os Actos Aggravo no Acto do Processo , depois de proposto o caso , se o que assenta-

P

rem

rem os Juizes for necessario, e conduzir para o merecimento da Definitiva, então darão primeiramente provimento ao Aggravo, por huma Interlocutoria, a fim de que depois de observado o que neila se mandar, possam melhor deliberar sobre a Definita.

Se porém o Aggravo não for desta substancia, e qualidade, deliberão logo a final, e no Acordão dirão a respeito do Aggravo o que assentarem, ou julgando a Definitiva, e Aggravo ao mesmo tempo, ou proferindo a Interlocutoria sómente sobre o Aggravo, segundo for o seu merecimento.



PAR.

QUARTA PARTE.

Tribunaes, e Juizes para que se deve Appellar, e Aggravar, e de quem.

CAPITULO I.

Meza do Desembargo do Paço.

ARTIGO 1.º

Conhece a Meza do Desembargo do Paço dos Aggravos que se interpõem do Almotacé Mór, Ord. Liv. 1. tit. 18. §. fin.

2.º

Dos que se podem interpôr das Causas despachadas em Camera, e que não tem outro recurso, Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 28.

3.º

Dos que se interpuzerem sobre determinações de Collegios, Confrarias, Conselhos, &c. que põem fim ao negocio, Ord. Liv. 3. tit. 78. pr.

P II

4.º

4.º

Dos Aggravos dos Desembargadores, que julgam com Adjuntos algum caso, nas Terras a que são mandados com alçada, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 4.º, e tit. 8. §. 11.

5.º

Dos que podem interpôr, os que se pertencem escusar dos officios de Veriador, e mais da Governança, quando forão feitos pela dita Meza, Ord. Liv. 1. tit. 3. §. 14. Avis. de 12 de Julho de 1607., e Alv. de 27 de Agosto de 1594. registado na Supplicação em 4 de Março de 1623.

6.º

Dos que se podem interpôr do Chanceller mór, quando conhece por si só, Ord. Liv. 1. tit. 2. §. 11.

7.º

Dos que se podem também interpôr do Senado de Lisboa, Avis. de 16 de Março de 1780., e Res. de 11 de Junho de 1803.

CA-

CAPITULO II.

Meza da Consciencia, e Ordens.

ARTIGO I.º

Conhece a Meza da Consciencia dos Aggravos, e Appellações, que se interpuzerem dos Proveedores dos Defuntos, e Ausentes, como declarou a Provis. da dita Meza de 2 de Abril de 1727.

2.º

Todas as habilitações, que se fizerem no Juizo de India e Mina, sobre as Partes interessadas nos cabedaes dos ditos Defuntos, e Ausentes, excedendo o interesse de oitenta mil réis, se deve appellar, ainda sem requerimento de Parte, para a Meza da Consciencia e Ordens, respondendo sempre, como Fiscal, e Procurador geral das Ordens, como se declarou, pelo Alv. de 9 de Agosto de 1759. §. 5.º

CAPITULO III.

Conselho Geral do Santo Officio.

O Conselho geral do Santo Officio conhece das Appellações, e Aggravos do Juiz do Fisco do modo seguinte, segundo o Regimento das Confis-

fiscações sobre o crime de Heresia, e Apostasia de 10 de Julho de 1620. Depois de dada a Sentença final de condemnação contra os Réos dos ditos crimes pelos Inquisidores, e Deputados do Santo Officio, a quem sómente pertence este conhecimento, todas as dúvidas que se moverem sobre a venda dos bens confiscados pertencem ao Juiz do Fisco desta maneira: Em Lisboa despachando em Relação com os Desembargadores, que o Regedor lhe nomear: Em Coimbra com o Corregedor, Provedor, Juiz de Fora, e hum Lente de Direito das maiores Cadeiras, e hum Collegial de S. Paulo, sem Appellação nem Aggravo: Em Evora porém procederá até á Sentença final, com alçada de Corregedor, ou Provedor, appellando, e aggravando-se delle para a Meza do Fisco de Lisboa, Cap. 25. do dito Reg. Como o Juiz do Fisco he Conservador dos Privilegiados do Santo Officio, as Appellações, e Aggravos que delle sahirem sobre isto he para o Conselho geral, Cap. 46. do cit. Reg.

Como o mesmo Juiz do Fisco conhece dos crimes incidentes em seu Juizo como falsidade, resistencia, e outros semelhantes, em Lisboa, e Coimbra os determinará em Meza sem Appellação, nem Aggravo, do mesmo modo que nos Feitos civis; e sendo em Evora dará Appellação, e Aggravo, e até appellando por parte da Justiça para a Meza do Fisco, na forma do Cap. 34. do mesmo Reg.

E finalmente no Cap. 35. daquelle Regimento se diz, que do Juiz do Fisco se não poderá appellar, nem aggravar para outro Julgador nas Causas, que despachar por si só, senão para os Desembargadores, que com elle despachão como Adjuntos. (1)

CA-

(1) Pelo Assento de 24 de Julho de 1663. se declarou não

CAPITULO IV.

Junta da Bulla da Cruzada.

A Junta, ou Tribunal da Bulla da Cruzada pertence o conhecimento de todas as Appellações, e Aggravos, que sahirem d'ante os Commissarios, Subdelegados, ou outros Julgadores do Reino, e que se interpozérem sobre negocios que de qualquer modo tocarem á expedição da Bulla, á cobrança do rendimento della, ás dividas, contratos, quasi contratos, e convenças feitas por sua causa, ainda que seja por via de força, ou violencia; na forma ordenada pelo Reg. da Bulla da Cruzada de 10 de Maio de 1634. §. 11. 12., e 16., Decreto de 5 de Julho de 1696., e Cart. Reg. de 23 de Junho de 1626.

E não sómente as Partes podem appellar, ou aggravar dos Despachos, que derem os Commissarios, e Juizes inferiores a quem o Commissario Geral só por si tiver commettido alguma Causa Ordinaria, ou de Execução, mas tambem quando se sen-

ter então lugar o cit. Cap. 35. por se não terem nomeado Adjuntos certos para o dito Juizo, e os que nelle despachão serem os que lhe nomeia o Regedor cada dia; no qual caso pertencião os Aggravos do dito Juiz, quando despacha por si só, á Meza dos Aggravos; o que não seria se houvesse Adjuntos perpétuos, porque então sendo Juizes Commissarios, fica no andar Ordinario dos Aggravos, que se tirão destes, que pertencem aos Adjuntos, dando-se outro em lugar do que se aggravava.

sentirem aggravadas pelos Despachos, que por si só passar o Commissario Geral, e então serão sentenciados em Junta na forma prescripta no §. 18. do cit. Reg.

Como os Ministros Territoriaes são Conservadores dos Privilegiados da Bulla, na forma do §. 87. principalmente os Provedores, como se lhe incumbem pelo Alv. de 7 de Novembro de 1673., (porque em Lisboa o seu Conservador he o Deputado mais antigo, que, segundo o §. 84. sentença em Junta sem Appellação nem Aggravo) todas as Appellações, e Aggravos que sahirem daquelles Juizes, bem como os que sahirem do seu Juiz Executor, vem ao Tribunal, ou Junta da Bulla da Cruzada, sem mais algum recurso que não seja á pessoa do Soberano, na forma do §. cit., e Alv. de 28 de Setembro de 1761.

CAPITULO V.

Junta dos Tres-Estados.

ARTIGO 1.º

Pertence á Junta dos Tres-Estados o conhecimento das Appellações, e Aggravos que se interpozerem sobre a repartição dos Cavallos, e Caudelarias do Reino, Reg. das Caudelarias de 22 de Dez. de 1692., e Dec. de 28 de Maio de 1644. (1).

2.º

(1) Os Superintendentes das Caudelarias devem appellar

2.º

Pertencem-lhe tambem os interpostos sobre cobrança dos effeitos applicados ás fortificações, e presidios do Reino, pelo Dec. de 29 de Outubro de 1673.

CAPITULO VI.

Conselho da Fazenda.

ARTIGO 1.º

AO Conselho da Fazenda pertence o conhecimento das Appellações, e Aggravos, que sahirem dos Provedores, Almoxarifes, e outras pessoas,

Q

officio as suas Sentenças quando forem de absolvição, ou livramento do encargo de ter Egoa de lista, as quaes não produzirão o seu effeito sem serem confirmadas na Instancia Superior, Ordem de 31 de Maio de 1783., (que se acha impressa juntamente com as notas aos §§. do Regimento da criação dos Cavallos a 22 de Dez. de 1692., e que se imprimio, e vende na Officina de João Antonio da Silva, em 18 de Fevereiro de 1794, onde vem todas as Resoluções, e Ordens que dizem respeito a esta repartição) sendo de notar, que pela Res. de 27 de Julho de 1771. forão derogadas as novas Instrucções dadas sobre o Reg. das Caudelarias, em 13 de Outubro de 1736., mandando-se observar o Reg. antigo. Observa-se mais, que pela Ordem de 9 de Julho de 1785. se a Sentença for condemnatoria, fará logo apresentar a Egoa, ainda que a Parte condemnada appelle; bem como pela Ordem de 6 de Outubro de 1788. se mandou dar aos Juizes Deprecados pelo Superintendente das Caudelarias Appellação, e Aggravo para a Junta dos Tres-Estados.

soas, que tomarem fianças, em negocios da Real Fazenda, Assent. de 9 de Maio de 1646.

2.º

Os Aggravos interpostos sobre Contratos Reaes, e Terças, Cart. Reg. de 18 de Fevereiro de 1700., Alv. de 16 de Dezembro de 1576., e Alv. de 20 de Abril de 1578.

3.º

As Appellações, e Aggravos, que sahirem do Provedor da Alfandega, como Administrador, e Feitor Mór, pertencem tambem ao Conselho da Fazenda, na forma do Cap. 106., e 109. do Foral da Alfandega de 15 de Outubro de 1587., bem como as que sahirem do Procurador da Alfandega pela determinação dos Direitos della, Cap. 111.

4.º

Os que se interpozerem sobre Sizas, e Real d'Agua, bem como as Appellações, Cab. 2. P. Ar. 83. Cart. Reg. de 5 de Março de 1637., e D. de 15 de Junho de 1681. Alv. de 20 de Maio de 1802., e Res. de 7 de Setembro de 1805.

5.º

Dos que podem interpor, os que se pertencem excusar de Fintas, Cart. Reg., sem data, que refere Peg. a Ord. Liv. 1. tit. 35. §. 18., e aponta o Ind. Chronolog. P. 1. pag. 345. n. 6.

6.º

6.º

Das Appellações, e Aggravos, que se interpozerem das Contadorias dos Mestrados, D. de 21 de Junho de 1649. (1).

7.º

As Appellações, e Aggravos que se interpozerem dos Juizes das Alfandegas dos Portos sobre a arrecadação dos Direitos, penitencem *gradatim* para os Superintendentes dos Tabacos das respectivas Provincias, e destes para o Conselho da Fazenda. Lei de 16 de Dezembro de 1774. §. 3., e Alv. de 27 de Julho de 1795.

8.º

E finalmente todos os Aggravos, e Appellações, que se interpozerem sobre o que respeitar á

Q ii

ar-

(1) N. B. Que pelo Alv. de 2 de Junho de 1774. se extinguirão os Contos da Meza da Consciencia, as Contadorias das tres Ordens Militares, e Thesouraria geral dos Captivos, devolvendo-se essas arrecadações ao Erario Regio, mandando-se, que todas as receitas, e despezas dos rendimentos, e encargos dos bens das Ordens, se escripturem em contas separadas na Contadoria geral da Corte, e Provincia da Estremadura, do mesmo modo que já se escripturavão os rendimentos, e encargos dos outros Almoxarifados das Mezas Mestraes das mesmas Ordens; que pelo Alv. de 17 de Dezembro de 1790. se unio o Conselho da Fazenda ao Erario Regio; e pela Cart. de L. de 19 de Janeiro de 1776. se abolio a Contadoria da Fazenda da Cidade, e se unio a Chancellaria dos Contos, e Cidade á Chancellaria da Corte, e Casa da Supplicação, declarando, e abolindo com isto varias disposições respectivas a esta materia, onde se podem ver.

arrecadação da Real Fazenda, Alv. de 20 de Maio de 1802., e Res. de 7 de Setembro de 1805.

CAPITULO VII.

Conselho de Justiça de Guerra.

Para o Conselho de Justiça de Guerra se appella, e agrava dos Auditores dos Regimentos, ou Brigadas, na forma do Alv. de 22 de Dezembro de 1643. §. 24., e Alv. de 14 de Junho de 1642. E ainda mesmo devem estes appellar *ex officio* para o dito Conselho, como he expresso no Reg. do Governador das Armas do 1 de Junho de 1678. §. 54, e 55., e Alv. de 20 de Janeiro de 1649. (1)

CA-

(1) Note-se, que pelos Decretos de 20 de Agosto de 1777., 13 de Agosto de 1790., e 13 de Novembro de 1790. se regulou o modo de sentenciar os Processos, ou Conselhos de Guerra que subissem áquelle Conselho de Justiça, por assistirem a elle tres; ou quatro Ministros Juristas, ou Desembargadores, tendo a faculdade de confirmar; revogar, alterar, e modificar as Sentenças dos Conselhos de Guerra; porém observe-se que a prática actual (fundada na ordem do dia 13 de Abril de 1809., recommendada na de 17 de Fevereiro de 1810.) he que todos os Conselhos de Guerra que se fazem são mandados com sobscripto competente ao Auditor Geral Superintendente de todas as repartições Civis do Exercito, para este os ver, e dirigir á Confirmação do Marechal Commandante em Chefe do Exercito Portuguez, cuja remessa se determina tambem no §. 9. do Cap. 10. do novo Regulamento.

CAPITULO VIII.

Conselho de Justiça do Almirantado.

Conhece o Conselho de Justiça criado no Almirantado por Alv. de 7 de Dezembro de 1796. das Appellações, que se interpozerem sobre objectos de prezas, do Auditor da Marinha, e Juizes de Fóra dos Portos, devendo estes appellar mesmo *ex officio* para o dito Conselho, ainda que as Partes não appellem, Alv. de 4 de Maio de 1805.

CAPITULO IX.

Junta do Commercio.

As Appellações, e Aggravos, que sahirem do Provedor da Casa dos Seguros, pertencem á Junta do Commercio, Ass. de 7 de Fev. de 1793. (1). CA-

(1) Tambem lhe pertencião os que sahão do seu Conservador, pelo Ass. de 29 de Março de 1770. Porém pelo Alv. de 16 de Dezembro de 1771., se creárão em seu lugar tres Magistrados com os nomes de Superintendente Geral dos Contrabandos, Juiz dos Falidos, e Juiz Conservador dos Privilegiados, todos Desembargadores da Supplicação, aonde conhecem em huma só Instancia, e summariamente de todas as Causas da sua competencia, sem Appellação, ou Aggravos para a Junta do Commercio, ou outro Tribunal.

CAPITULO X.

Junta do Tabaco.

ARTIGO 1.º

Pertence á Junta do Tabaco conhecer das Appellações, e Aggravos que se interpozerem do Juiz Executor da Alfandega em materia pertencente ao Tabaco, Alv. de 9 de junho de 1756.

Tambem lhe pertence o conhecer das Appellações, e Aggravos, que sahirem do Provedor da Alfandega, e que as Partes interpozerem para a satisfação da perda que tiverem soffrido por causa da demora dos Mestres nas descargas do Tabaco, Reg. d'Alfand. do Tabaco de 16 de Janeiro de 1751. Cap. 5. §. 1.

CAPITULO XI.

Regedor, e Governador das Justizas.

AO Regedor da Casa da Supplicação, e Governador da Casa do Porto com sinco Desembargadores das respectivas Casas pertence o conhecimento dos Aggravos, quando o caso aliás não he de Aggravado, ou cabe na alçada do Julgador, no caso de Ord. não guardada pelos Desembargados.

dores, Ord. Liv. 1. tit. 5. §. 6. entendida, e declarada pelo Ass. de 16 de junho de 1812.

CAPITULO XII.

Supplicação, e Casa do Porto.

ARTIGO 1.º

Conhecem os Desembargadores dos Aggravos da Casa da Supplicação (1) dos Aggravos das Justizas da Cidade de Lisboa, sobre Feitos Civeis, não respeitando a bens, e Jurisdicções Reaes, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 7. tit. 7. §. 16. tit. 8. §. 9. tit. 49. §. fin. (2).

2.º

(1) Pelo Alv. de 10 de Maio de 1808. dado no Palacio do Rio de Janeiro foi S. A. R. servido erigir á Relação desta Cidade, em Casa da Supplicação do Brasil, ou Tribunal Superior de Justiça, com a mesma alçada que tem a Casa da Supplicação de Lisboa, e ordenando que todos os Aggravos Ordinarios, e Appellações que viessem do Pará, e Maranhão, Ilhas dos Açores, e Madeira, e da Relação da Bahia, e que se interpunhão para a Supplicação de Lisboa, serião dahi em diante interpostos para a do Brasil. Porém por outro Alv. dado na mesma Corte do Rio de Janeiro em 6 de Maio de 1809. se declarou que os Aggravos Ordinarios, e Appellação das Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, e do Pará, e Maranhão, seião interpostos para a Casa da Supplicação de Lisboa, revogando nesta parte o sobredito Alv. de 10 de Maio de 1808.

(2) N. B. que o Decret. de 4 de Novembro de 1676. prohibe tomar conhecimento na Meza dos Aggravos dos interpostos dos Relatores, nos Feitos de Commissão, pertencendo o seu conhecimento aos mais Adjuntos.

2.º

De todos os que vierem á Relação de quaesquer lugares que estiverem dentro das cinco leguas da Cidade de Lisboa, ou seja de Petição, ou Instrumento, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 6. (1).

3.º

Dos que se interpozerem de algum Desembargador da mesma Casa, quando julga por si só em Feito civil, ou crime, que se ha de julgar a final em Relação, Ord. cit. §. 8.

4.º

Dos que se se interpõem por não guardarem os privilegios aos Desembargadores, e mais pessoas privilegiadas, não sendo sobre Jogadas, Ord. Liv. 1. tit. 9. §. 9.

5.º

Dos Aggravos interpostos dos Acordãos proferidos a final sobre excepções pelo Corregedor dos Feitos civis com Adjuntos, Assent. de 22 de Fevereiro de 1727. tomado sobre a intelligência da Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 8., e 9.

6.º

Dos que se interpozerem do Juiz da Chancelaria quando despachar só, Ord. Liv. 1. tit. 14. §. 4.

7.º

(1) O mesmo he na Relação do Porto, ainda que estes podem pertencer cumulativamente a outros Julgadores.

7.º

Dos que se interpõem do recebimento da Appellação no seu districto, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 4., e tit. 58. §. 27.; bem como dos de regeição da Appellação das Sentenças Interlocutorias, na forma do dito §. 27., e Liv. 3. tit. 69. §. 7.

8.º

Dos que se interpozerem sobre posturas, e evações no seu districto, Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 29., e Ass. sem data, que refere o Ind. Chron. á pag. 347. n. 19. (1).

9.º

Dos interpostos da taxaão dos salarios das contas, Ord. Liv. 1. tit. 91. §. 1.

R

10.º

(1) Nôte-se, que pelo Alv. de 23 de Agosto de 1564. se determinou, que das Posturas, e Acordãos, que os Officiaes da Camara da Cidade de Coimbra fizerem em Camara, se não possa Aggravar para o Corregedor da Comarca, ou Cidade, nem para a Casa do Civil; e que sómente se aggravará para a Casa da Supplicação, onde os Desembargadores dos Aggravos conhecerão dos Instrumentos de Aggravo; e posto que pela criação da Relação, e Casa do Porto em 1582. parecia que devêra cessar, por se lhe assignar por districto a Provincia de Tras-os-montes, entre Douro e Minho, e da Beira, sem exceptuar mais que a Conservatoria de Coimbra, e a Comarca de Castello Branco, sendo o resto do Reino, e Ilhas o districto da Casa da Supplicação, com tudo ainda hoje se está praticando o dito Alv., que se acha registado no Liv. das Provis., e Priv. da Camara de Coimbra a folh. 163. vers. = E note-se mais, que todos os Aggravos, que não tem Juizes certos, pôdem pertencer á Casa da Supplicação, e Relação do Porto, ou aos Corregedores das Comarcas.

10.º

Os Interpostos do Juiz de India e Mina vão aos Desembargadores dos Aggravos da Supplicação, Ord. Liv. 1. tit. 9. §. 16.

11.º

Tambem vão a estes os Aggravos dos Corregedores da Corte, que pertencem ás Conservatorias, Ass. de 27 de Fevereiro de 1635.

12.º

As Appellações, e Aggravos Ordinarios dos Conservadores dos Ingleses, e Hespanhoes, &c. Alv. de 31 de Março de 1790., e 15 de Setembro de 1802.

13.º

Conhecem igualmente das Appellações, e Aggravos, que sahirem das Justiças Ordinarias interpostas pelos privilegiados dos Paues, e Lezirias, não sendo em casos que toquem a lavoura, vallas, Direitos Reaes, e conservação dos seus privilegios, cujo conhecimento pertence aos seus Juizes privativos como Almoxarifes, e Provedores das Lezirias, Alv. de 3 de Dezembro de 1603., e de 13 de Julho de 1605.

14.º

Dos Aggravos dos Juizes compromissarios, Ass. de 10 de Novembro de 1644.

15.º

15.º

Dos que sahem do Juiz da Corôa, e da Fazenda quando despachão por si só, Ass. de 5 de Março de 1611.

16.º

Dos que sahem do Corregedor do Crime da Corte, e isto tudo quando decidem por si sós, nas Causas cujo conhecimento lhe pertence, Ord. Liv. 1. tit. 6. §. 6., e tit. 41. (1).

17.º

Aggravos, e Appellações, que sahem do Conservador, e Juiz Ordinario de Malta, vão para a Relação do Districto, Alv. de 27 de Novembro de 1797.

18.º

Os Aggravos, e Appellações interpostos dos Superintendentes dos Tabacos das Provincias sobre Causas civeis dos Officiaes das Alfandegas, vão para a Relação do Districto, Lei de 16 de Dezembro de 1774. §. 6.; bem como as que sahirem dos ditos Superintendentes, sobre freres, avariás, custas, e soldos, §. 7., e Alv. de 27 de Julho de 1795. §. 5. (2).

R ii

19.º

(1) N. B. Que das Sustentações de Pronúncias feitas pelo Corregedor do Crime, ainda mesmo por Acordão, se pôde agravar para a Relação, Ass. do Porto de 7 de Março de 1758.

(2) N. B. Que por este Alv. de 27 de Julho de 1795. se extinguirão os dois Superintendentes geraes das Alfandegas do Sul, e Norte, cuja Jurisdição lhes foi declarada pela Lei de

póde considerar como remedio , ou meio de igualar o valor dos bens que se hão de partilhar ; e só sim como meio de dividir o que commodamente não póde partir-se , na fôrma que unicamente declara a Ord. L. 4. tit. 96. §. 5. , e usarão os Romanos ; porque em tal caso podem na vender , trocar , ou arrendar , sem haverem os inconvenientes que ficão notados.

Que importa pois que o cit. A. , e no mesmo §. 11. estabeleça 5 regras , a que manda recorrer o Juiz , para este conhecer por ellas quando as *Licitações* offendem a igualdade das Partilhas , se ellas de nada lhe podem servir , como passo a mostrar ?

He a 1.^a = "*Quando se admite hum valor sem limites , que exceda o valor real , e o valor da affeição do herdeiro , que licita*" = .

Não nos dizendo qual he a regra para conhecer esta medida , ficamos na mesma ignorancia , em que estavamos. Para conhecer o valor real podemos-nos valer da avaliação feita ; porque , em quanto não for justamente impugnada , a devemos acreditar por bem feita , e conforme á Lei ; sendo este até hum motivo para não se admittir a *Licitação* ; mas qual será o barometro , ou medida que nos indique qual he o valor da affeição do licitante , se esta , sendo relativa ao seu gosto , ou interesse , não póde ser conhecida pelos outros ? Isto com tudo carece de melhor explicação , sem a qual nada entendo.

He a 2.^a = "*Quando hum herdeiro licita a herança toda , ou maior porção que aquella , que lhe pertence no seu quinhão*" = .

Esta regra seria boa quando della carecessemos , e fosse adoptada pela nossa Legislação , ou a ella conforme ; mas como se lhe oppõe , pa-

rece não ser admissivel , e muito mais , que se qualquer Juiz lançar mão della onde não se pratique , deve esperar por hum recurso contra a sua admissão , que sempre he dispendioso , e incommodo para os interessados ; e assim mesmo bem se vê que póde hum coherdeiro prejudicar muito ao outro , sendo mais poderoso ; indo deste modo escolher a sua legitima , ou quinhão , e tolher a liberdade ao Juiz na sua adjudicação.

He a 3.^a = "*Que se não admitta Licitação de lanços sobre lanços*" = .

Esta regra tambem não parece admissivel ; porque não se conforma com a nossa Legislação : porque se a *Licitação* he a venda em almoeira , como fica mostrado , necessariamente se hão de admittir os lanços sobre lanços , para se adjudicar ao que mais offerecer , entendendo-a com tudo da *Licitação* de que só falla a nossa Ordenação ; porque na outra abusiva he vária a prática ; e por isso se o Juiz não admittir mais que hum lanço , não se livra de hum Recurso a sua repulsa.

He a 4.^a = "*Quando he feita para alterar a igualdade da Partilha , a fim de levar hum herdeiro as melhores propriedades*" = .

Seria melhor dizer que nunca se admittisse a *Licitação* ; porque o fim della he sempre este , de obter o herdeiro , que licita , as melhores propriedades ; porque ninguem vai licitar no peor.

He a 5.^a = "*Quando a Licitação se encaminha em odio , vingança , emulação , e inveja entre os coherdeiros , &c.*" = .

Tambem seria melhor dizer que em nenhum caso se admittisse ; porque estas paixões sempre presidem ás *Licitações* , e são quem as promo-

se só nelle vogando , a que adoptou a Ordenação.

Mas como se não ache ainda abolida do Foro , e por ter sido muitas vezes authorizada por Acordãos das Relações , ao menos em certas circumstancias , que parecem mais plausiveis na theoria , do que o são na prática , não he facil conseguir de repente o ve-la desaparecer do Foro , podendo só conseguir-se este fim pouco e pouco , á proporção que se for entrando no verdadeiro espirito da nossa Legislação , e se conhecer que da prática contraria a esta se seguem graves prejuizos ; que , por se não terem calculado , tem sido olhados como bens ; e em quanto hum Assento da Casa da Supplicação não declara , que devemos esperar ; que as *Licitações* , que se devem praticar no Foro , devem ser só as que a Ord. cit. do §. 5. adopton do Direito Romano , por serem as conformes com a Legislação quasi universal , parece que se fará hum serviço ao Público apontando hum melhor prática , que se póde adoptar no meio do que abusivamente se pratica no Foro , sem que della resultem os inconvenientes , que se tem notado como mais prejudiciaes aos interesses communs , e com que se podem evitar muitos Pleitos , e Recursos escusados , e sempre dispendiosos , e incommodos.

A prática de muitos annos ma fez descobrir ha poucos ; e felizmente a appliquei com grande fructo ainda em alguns Inventarios , em quanto servi de Juiz delles.

Ella he a que se vê no Artigo seguinte.

ARTIGO IX.

Melhor Prática sobre as Licitações admittidas no Foro.

Tanto que algum dos herdeiros interessados requerer avulsamente ao Juiz do Inventario , ou nos Autos , quando pedir vista antes da determinação da Partilha , (que se lhe não deve negar , posto que o contrario ensine o A. cit. da Prática dos Juizos Divisorios) que quer licitar em tal propriedade , mandará o Juiz que , citados todos os herdeiros interessados , e o Curador Geral pelos menores , se os houver , compareção em tal dia na sua presença.

Juntos todos os interessados no dia designado em casa do Juiz , ou mesmo na Audiencia , e o Escrivão respectivo , com o Inventario á vista , fôrma este hum Auto , para abrir as *Licitações* , em que declara o dia , mez , e anno , o lugar onde he feito , e os nomes dos interessados , e mais pessoas que a elle assistem , e o fim para que alli se juntarão Feito isto , pergunta o Juiz ao herdeiro , que requireo a *Licitação* , que lanço dá sobre a avaliação da propriedade que pertende licitar ; e feita a sua declaração , ou tomado o seu lanço , o manda declarar no mesmo Auto ; e perguntando depois aos mais herdeiros interessados , e em ultimo lugar aos menores pelo seu Curador Geral , se não tem dúvida de que

I N D I C E

Dos Artigos desta Memoria.

INTRODUCCÃO	Pag. 3
ARTIGO I. <i>Idea prévia sobre , o que seja Licitação</i>	7
ART. II. <i>Direito Romano , e seus Interpretes</i>	11
ART. III. <i>Direito de outras Nações</i>	15
ART. IV. <i>Discurso dos Reinculas ou Práticos antigos</i>	19
ART. V. <i>Direito Portuguez</i>	22
ART. VI. <i>Juizo sobre a nossa Legislação</i>	24
ART. VII. <i>Responde-se ao Direito , e Prática estabelecida ultimamente , pelo A. da Prática dos Juizos Divisorios</i>	29
ART. VIII. <i>Conclusão sobre o exposto</i>	41
ART. IX. <i>Melhor Prática sobre as Licitações admittidas no Foro</i>	43

